

ATA NÚMERO 8

Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2023

----- Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal de Amarante, em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, devidamente convocada, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do Regimento, para ter início às oito horas e trinta minutos, com a seguinte ORDEM DO DIA:-----

- 1. Relatório de atividades e situação financeira do Município** - Para conhecimento;-----
- 2. Aceitação de doações de parcelas de terrenos para o domínio público** - Reposição do traçado inicial da Rua do Cabo, Freguesia de Fregim - (Registo n.º 3405/2022/04/19);-----
- 3. Desafetação de parcela de terreno do domínio público** - (Registo n.º 15451/2022/06/14);-----
- 4. Contrato de transferência de competências e auto de transferência de recursos entre o Município de Amarante e as Juntas de Freguesia** - (Registo n.º 733/2023/01/26);-----
- 5. Descentralização de competências no domínio da Ação Social** - (Registo n.º 21/2023/01/03);-----
- 6. Mapa dos Fluxos de Caixa do exercício de 2022 e 1.ª alteração orçamental modificativa, por incorporação do saldo de gerência e inclusão de novos projetos e dotações relativos à transferência de competências do domínio da Ação Social** - (Registo n.º 1350/2023/02/15);-----
- 7. 1.ª Alteração ao mapa de pessoal do ano de 2023** - (Registo n.º 1349/2023/02/15);-----
- 8. Aprovação da Carta Social de Amarante** - (Registo n.º 1287/2023/02/14);-
- 9. Relatório de execução e revisão da Estratégia Local de Habitação do Município de Amarante** - (Registo n.º 1298/2023/02/14);-----
- 10. Atualização de rendas do ano de 2023** - (Registo n.º 178/2023/01/10);----
- 11. Relatório anual de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Amarante - 2022** - Registo n.º 1229/2023/02/13) - Para conhecimento;-----
- 12. Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR)** - Relatório de avaliação intercalar - (Registo n.º 9442/2022/10/28) - Para conhecimento.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, assumiu a presidência da Mesa, sendo coadjuvado pelo Primeiro Secretário, Carlos Marques da Silva Macedo, e pela Segunda Secretária, Sara Moreira Machado, nos termos do disposto no artigo 3.º do Regimento. -----

----- Feita a chamada, verificou-se que estavam presentes o seguintes membros: -

----- Alexandra Gabriela de Almeida Bento Pinto, Ercília Gonçalves Costa, Amélia Maria Gomes de Oliveira, Maria de Lurdes Pinheiro Coelho, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, António Ferreira Soares Araújo, Cândido Augusto Pires Zoio, João Carlos Santos Leite, Nuno Miguel Oliveira Sousa Queirós, Joaquim Augusto Teixeira, Sara Luísa Magalhães Maia, André Costa Magalhães, Carlos António Silva Carvalho, Torcato Fernando Carvalho Ferreira, Miguel André Carvalho Varejão, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, Vítor Manuel Briga Rei, Carlos Alberto Miranda, Rui Pedro Barreira Morais, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, José Joaquim Magalhães Teixeira, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Ana Margarida Fernandes Carvalho, José Luís Mesquita Peixoto, José Augusto Oliveira Araújo, Zita Graça Teixeira Pereira.-----

----- Presidentes de Junta de Freguesia: Ansiães – António Fonseca Brandão; Candemil – Ana Sofia Marinho Briga; Fregim – Sandra Castro Fraga; Fridão – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós; Gondar – Hugo Luís Teixeira Vaz; Gouveia (São Simão) – Joaquim de Oliveira; Jazente – Daniela Conceição Teixeira Ribeiro; Lomba – José Filipe de Jesus Carvalho; Louredo – António Jorge Barbosa Torres; Lufrei – António Alexandrino Ferreira de Magalhães; Mancelos – Ricardo Samuel Teixeira Alves; Padronelo – Armando Jorge Pinheiro Coimbra; Rebordelo – Cláudia Daniela Mota e Silva; Salvador do Monte – Pedro Davide Leite Fernandes; Telões – Tânia Eugénia Moreira Magalhães, em substituição de Ivone Sofia Ribeiro; Travanca – Fernando José Teixeira da Cunha; Vila Caiz – José António Pereira Ferreira; Vila Chã do Marão – Rui Filipe Silva Coelho; Vila Meã – Lino dos Santos Macedo; União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea – Henrique Jorge Monteiro; União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão - Américo Paulo da Silva Ribeiro; União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei – Ângelo Pereira Magalhães; União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina) – Daniel António Teixeira Pinheiro; União das Freguesias de Olo e Canadelo – Marta Inês Ribeiro da Costa Marinho; União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa – António Cândido Alves Pinheiro.-----

----- Pediram a substituição, e/ou justificaram a respetiva falta, os senhores deputados: Simone Guedes Oliveira (substituída por Maria de Lurdes Pinheiro Coelho), Francisca Oliveira Teixeira Alves dos Santos (substituída por José Luís

Mesquita Peixoto) e o senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Freixo de Cima e de Baixo – Alfredo Teixeira Carvalho. -----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo senhor Presidente, José Luís Gaspar Jorge, e pelos senhores vereadores: Hugo Miguel Costa Carvalho, António Jorge Vieira Ricardo, Carlos Gonçalo Teixeira Pereira, Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista, Adriano Teixeira Alves dos Santos, Sílvia Isabel Brochado Araújo, Ana Cristina Torres Varejão dos Reis e Manuel Alexandre Machado Oliveira. -----

-----Seguidamente, após verificação do quórum, pelas nove horas, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, passando-se imediatamente ao período de -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----

-----De imediato, procedeu-se à apreciação e votação da ata n.º 7, respeitante à sessão ordinária de 15.12.2022, tendo o senhor Presidente da Assembleia pedido dispensa da sua leitura, em voz alta, uma vez que a mesma foi previamente disponibilizada na plataforma informática. -----

-----Não havendo inscrições para usar da palavra, procedeu-se à sua votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, nos termos do n.º 1, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Por força do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, não participaram na votação da ata, por terem estado ausentes da respetiva reunião, os senhores deputados: Alexandra Gabriela de Almeida Bento Pinto, Ercília Gonçalves Costa, Amélia Maria Gomes de Oliveira, Torcato Fernando Carvalho Ferreira e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gondar – Hugo Luís Teixeira Vaz. -----

-----O senhor presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida mais relevante, desde a última sessão. -----

-----De seguida, informou da entrada de duas propostas de recomendações, uma subscrita pelo Grupo Municipal do Partido Socialista e outra subscrita, conjuntamente, pelo Grupo Municipal do PSD, Grupo Municipal do CDS-PP, e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ansiães, único representante do grupo de cidadãos eleitores “Juntos por Ansiães” (Grupo de Cidadãos Eleitores). -----

-----Por conseguinte, seguindo a ordem de entrada das mesmas, começou por ler, em voz alta, a proposta de recomendação do Grupo Municipal do Partido Socialista, do seguinte teor: -----

----- “Recomendação -----

----- Linha Ferroviária do Tâmega -----

----- Considerando: -----

----- 1. O Plano Ferroviário Nacional (PFN) é o instrumento que irá definir a rede

ferroviária que assegurará as comunicações de interesse nacional e internacional em Portugal. Pretendendo-se com este plano conferir estabilidade ao planeamento da rede ferroviária para um horizonte de médio e longo prazo. -----

----- 2. Estando, o PFN no seu ponto de partida: ou seja, na identificação das necessidades de acessibilidade, mobilidade, coesão e desenvolvimento às quais o transporte ferroviário pode dar uma resposta adequada nos diferentes territórios. --

----- 3. Para o governo, o caminho-de-ferro constitui-se como o modo de transporte de elevada capacidade e sustentabilidade ambiental, tornando-se no elemento estruturante das redes de transportes.-----

----- 4. A adoção do Plano Ferroviário Nacional esteve prevista no programa do XXII Governo Constitucional, e continua inscrito no XXIII Governo Constitucional estabelecendo como objetivo central a promoção de melhores ligações da rede ferroviária às infraestruturas portuárias e aeroportuárias. -----

----- 5. Sabendo que, o PFN deverá assegurar uma cobertura adequada do território e a ligação dos centros urbanos mais relevantes, devendo ainda garantir a integração do modo ferroviário nas principais cadeias logísticas nacionais e internacionais. -----

----- 6. A necessidade de promover uma progressiva transferência modal de passageiros e mercadorias para a ferrovia, dando um importante contributo para os objetivos de descarbonização, proteção do ambiente, desenvolvimento económico e melhoria geral da qualidade de vida das pessoas. -----

----- 7. Os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista do distrito do Porto, deslocaram-se à região estando em contato com a população, e na sua agenda fizeram visita à desativada estação de Vila Caiz, do concelho de Amarante, com os autarcas das freguesias que estão situadas ao longo da linha do Tâmega, acompanhados ainda da Presidente da Autarquia do Marco de Canaveses, onde se defendeu unanimemente a reabertura desta relevante estrutura para toda a região.

----- 8. O Território da CIM Tâmega e Sousa dá um contributo muito relevante para os indicadores da exportação dos bens transacionáveis do país. -----

----- 9. Tendo ainda em conta que o território é uma porta de entrada entre outras regiões e os grandes municípios da área metropolitana do Porto, bem como para as estruturas aeroportuárias aí existentes. -----

----- 10. A importância do PART na mobilidade dos cidadãos para evitar a enorme pressão demográfica nos grandes municípios da área metropolitana, e a diminuição da pressão do fluxo automóvel das redes viárias. -----

----- 11. Os custos que acarreta para a população a deslocação dos municípios do Tâmega, para os grandes centros do conhecimento, instalados na área

metropolitana do Porto. -----

----- 12. Tendo sido apresentada recomendação, pelos elementos eleitos pelo PS da Assembleia Municipal de Amarante, na assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, recomendação para acompanhamento do processo e defesa da Linha do Tâmega e Sousa que mereceu votação favorável unânime dessa Assembleia, em 13 de julho de 2022. A linha do Tâmega assume-se então de importância fulcral para promover toda a mobilidade entre os concelhos do Distrito do Porto e por indução dos municípios da região e das regiões envolventes. -----

----- Neste sentido o Grupo Municipal do Partido Socialista, de acordo com a alínea e), do artigo 25º do Regimento da Assembleia Municipal, pretende, no uso do seu direito, estatuído nos termos da alínea c), do artigo 54º do mesmo Regimento, apresentar, na reunião de 25 de fevereiro de 2023, a seguinte recomendação:-----

----- Que a Assembleia Municipal: -----

----- Prossiga a sua política de cidadania ativa, traduzida na defesa da reabertura da Linha do Tâmega, entre Amarante e o Marco de Canaveses, com ligação direta à linha do Douro. -----

----- Recomendando: -----

----- 1) Ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Amarante, a constante negociação com o governo central, para garantir o desenvolvimento da linha ferroviária, levando a cabo um conjunto de iniciativas, designadamente: -----

----- a) Reuniões com o Ministério das Infraestruturas, com vista à materialização da linha;-----

----- b) Diálogo com os vários agentes públicos decisores e o governo, para conhecimento, aprofundamento e elaboração de estudos e desenvolvimento dos projetos dessa via estruturante; -----

----- c) O desenvolvimento de iniciativas para a promoção da construção dessa linha bem como para a sua utilização após a sua construção. -----

----- Amarante, 06 de fevereiro de 2023. -----

-----O Grupo Municipal do Partido Socialista.” -----

----- Submetida a votação a admissão da proposta de recomendação do Partido Socialista, atrás referida, a mesma foi aprovada, por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem a Assembleia Municipal. -----

----- De imediato, procedeu-se à votação do teor da referida proposta de recomendação, tendo a mesma sido rejeitada por 28 votos contra, dos membros do Grupo Político Municipal do PSD, do Grupo Municipal de CDS-PP e do senhor Presidente da Junta de Ansiães, único representante do grupo de cidadãos

eleitores "Juntos por Ansiões", e 21 votos a favor, dos membros do Grupo Municipal do Partido Socialista, sem abstenções. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem a Assembleia Municipal. -----

----- **O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Municipal do PSD, apresentou uma declaração de voto, do seguinte teor:-----**

----- "Votamos contra a recomendação do Partido Socialista, apresentada, hoje, nesta Assembleia Municipal, pelas seguintes razões:-----

----- A recomendação consubstancia apenas uma bandeira político-partidária, porventura na tentativa de fazer esquecer o facto de que foi um governo do Partido Socialista que procedeu, em 2009, ao encerramento da linha do Tâmega, poucos dias após se ter comemorado o seu centenário, com a promessa - que não cumpriu - de a reabrir, a curto prazo.-----

----- Com efeito, tal recomendação não traduz uma intenção politicamente séria, no sentido de reabrir a linha, tanto assim é que nem sequer se recomenda que se oficie com vista à inclusão da linha no plano ferroviário nacional e a sua posterior reabertura, junto da única entidade competente para tomar decisões nesse sentido, isto é, o Ministério das Infraestruturas. -----

----- Aliás, o Partido Socialista de Amarante só agora parece ter mudado de ideias acerca da reabertura da linha, dando, assim, uma autêntica cambalhota quanto a este assunto, certamente na sequência do recente amor do seu governo pela ferrovia. Esperemos que os anúncios e as promessas socialistas tragam algum resultado efetivo neste domínio, como seria imperioso.-----

----- Para nós, a reabertura da linha sempre esteve no nosso programa; sempre tivemos uma intenção séria e firme, em que a mesma seja reaberta e temos lutado pela concretização desta intenção; defendendo, inclusive, logo no programa eleitoral de 2013, a sua requalificação em via larga eletrificada para que a linha suburbana do Porto chegue a Amarante, permitindo um serviço pendular e metropolitano. O que deu origem, até, a que um alto dirigente do Partido Socialista viesse a Amarante desrespeitar-nos, dizendo coisas como, e cito, ... *o comboio para Amarante é uma daquelas propostas eleitorais ridículas, talvez possam propor a esse Presidente da Câmara de Amarante que vá de carrinho de rolamentos. Pelo menos, nas descidas pode aproveitar a embalagem.*-----

----- Tudo com a conviência, o aplauso do Partido Socialista de Amarante, que, agora, pelos vistos, mudou de ideias - e ainda bem -, embora tenhamos dúvidas acerca da seriedade política desta mudança. Mas é exatamente pelo nosso objetivo, sério, firme e constante no sentido da reativação da linha do Tâmega que vimos, pela nossa parte, apresentar uma recomendação nesse sentido, recomendando,

como devia ter sido recomendado pelo Partido Socialista, que a mesma seja enviada ao Ministério das Infraestruturas, a única entidade que pode decidir a reativação da linha.”-----

----- De imediato, o senhor Presidente da Assembleia Municipal leu a proposta de recomendação subscrita pelos Grupos Municipais do PSD, do CDS-PP e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ansiães, único representante do grupo de cidadãos eleitores “Juntos por Ansiães”, do seguinte teor:-----

----- “Proposta de recomendação -----

----- Considerando: -----

1. O Plano Ferroviário Nacional assume-se como o instrumento que irá definir a rede ferroviária nacional, que, infelizmente, tem vindo a ser esquecida ao longo das últimas dezenas de anos; pretende este plano, e à semelhança do bem-sucedido Plano Rodoviário Nacional, estabelecer um desígnio claro e necessário ao caminho de ferro em Portugal, tornando o transporte ferroviário mais importante do que é hoje;-----
2. O referido Plano Ferroviário Nacional reveste-se de especial interesse para Amarante, onde, após o encerramento da linha do Tâmega, em 2009, *meros* 100 anos após a chegada do comboio a Amarante, pela primeira vez, tem sido evidente a falta que o transporte por caminhos de ferro eficiente nos tem feito;
3. Acresce que o executivo municipal de Amarante, liderado pela coligação ‘Afirmar Amarante’, desde a sua primeira hora de governação, tem assumido este assunto como fundamental, defendendo a rápida reabertura da linha do Tâmega; -----
4. Mais do que isso, e dado o não avanço por parte de sucessivos governos, o executivo municipal de Amarante, liderado pela coligação ‘Afirmar Amarante’ procurou, até, e tem em concretização, uma ideia alternativa de transporte, capaz de aproveitar o canal da própria linha do Tâmega, até que a opção pelo transporte ferroviário possa ser uma realidade; -----
5. A reabertura da linha do Tâmega é, assim, não só uma ambição, uma exigência, mas também um objetivo explanado nos programas eleitorais defendidos pela coligação ‘Afirmar Amarante’, desde 2013; -----
6. Cientes de que o executivo municipal de Amarante tem levado a cabo todos os esforços ao seu alcance na defesa da reabertura da linha do Tâmega, acreditamos que é relevante que também a Assembleia Municipal de Amarante possa emitir a sua recomendação, no momento em que se discute o plano ferroviário nacional; -----
7. Contudo, não o pretendemos fazer como meio de afirmação política ou de

prova de vida, mas sim como alicerce do trabalho diplomático que até aqui tem vindo a ser desenvolvido pelo executivo municipal.-----

----- Assim, e posto isto: -----

----- Propomos que, desta Assembleia Municipal, emane uma recomendação ao Ministério das Infraestruturas da inclusão da reativação da linha do Tâmega, no seu percurso entre Amarante e Livração.”-----

----- Submetida a votação a admissão da proposta de recomendação que antecede, a mesma foi aprovada, por unanimidade. Encontravam-se presentes 52 membros dos 53 que compõem a Assembleia Municipal.-----

----- De imediato, procedeu-se à votação do teor da referida proposta de recomendação, tendo a mesma sido aprovada por 29 votos a favor, dos membros do Grupo Municipal do PSD, do Grupo Municipal de CDS-PP e do senhor Presidente da Junta de Ansiães, único representante do grupo de cidadãos eleitores “Juntos por Ansiães”, e 23 votos contra, dos membros do Grupo Municipal do Partido Socialista, sem abstenções. Encontravam-se presentes 52 membros dos 53 que compõem a Assembleia Municipal.-----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Municipal do PS, apresentou uma declaração de voto, do seguinte teor: -----**

----- “O PS votou contra esta proposta, pela falta de seriedade do grupo Parlamentar do PSD e do CDS, que aqui apresentaram esta proposta de recomendação.”-----

----- De seguida, passou-se ao período previsto no n.º 3 do artigo 17.º do Regimento.-----

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção, do seguinte teor: -----**

----- “Foram aqui apresentadas duas recomendações, a propósito da linha do Tâmega, e é sobre isso que eu me quero manifestar. Em primeiro lugar, pela falta de seriedade, por parte dos grupos parlamentares que acabei de enunciar na minha declaração de voto, sobre a questão do encerramento e da abertura, ou reabertura, da linha do Tâmega. É verdade que foi suspensa pelo governo, então do Partido Socialista, por motivo de um acidente que ocorreu em Mirandela, na linha do Tua. E quando foi feita a avaliação da segurança da linha do Tâmega - e isso está mais do que explanado em diversos documentos - na altura, pelo governo, foi suspensa esta linha, por uma questão de segurança. Não foi encerrada, foi suspensa a linha por uma questão de segurança. Entretanto, há eleições, tudo num país democrático, e veio o PSD para o governo e não reabriu a linha do Tâmega. Esta é

a primeira questão da falta de seriedade.-----

-----Segundo, o governo do Partido Socialista, agora, e bem, tem um plano ferroviário nacional. No Partido Socialista de Amarante sempre defendemos a questão da linha, em vários momentos políticos, como, por exemplo, em eleições e também na CIM-TS. Aliás, estão aqui deputados do PSD que votaram favoravelmente uma proposta, a mesma que, há momentos, foi aqui apresentada, portanto, quando estamos a falar de seriedade e de coerência, venha o diabo e escolha. Os deputados do PSD e do CDS que aqui estão e que estiveram na CIM, votaram na mesma, a qual foi votada e aprovada, por unanimidade.-----

-----Terceiro ponto, eu levei a reunião de líderes, como deve ser apanágio de um partido democrático e responsável, aquilo que era a nossa recomendação para a linha do Tâmega, pedindo que se associassem todos, porque, e passo a citar o senhor Presidente da Câmara, ... *é um projeto que deve ser aglutinador e que nós devemos estar todos no mesmo barco*. Então, levei essa mesma proposta, dizendo aos senhores líderes dos restantes partidos e movimentos que aqui se encontram, que era importante que acompanhassem esta proposta, até porque já tinha sido aprovada na CIM, nos mesmos termos. A única coisa que se alterou foi os termos regimentais, como é lógico, porque estávamos a falar da comunidade intermunicipal. Imbuídos desse espírito, houve um pedido de eventual colocação da proposta conjunta, sendo que tínhamos que retirar dois pontos fundamentais. Foi a ação política dos nossos deputados do grupo Parlamentar do Partido Socialista, na Assembleia da República, que vieram a Amarante defender a linha do Tâmega. Era um momento único e muito importante para colocarmos isso na agenda e, portanto, o Partido Socialista não aceitou essa alteração, tal como não aceitou a alteração de retirar o ponto que dizia respeito à aprovação e ao momento político da aprovação na CIM-TS, para consolidar todos os concelhos da região em volta deste projeto, que seria muito importante para Amarante. E, portanto, sobre coerência e sobre o jogo e o *flic-flac* político, estamos conversados. E eis que a Câmara Municipal apresenta agora esta postura, hoje, a propósito da linha do Tâmega, que é uma pronúncia da consulta pública do plano ferroviário.-----

-----E aquilo que é muito bom mesmo é que a recomendação que o PS levou à reunião de líderes, a mesma recomendação que levou à CIM, teve os efeitos desejados e, pela primeira vez, vemos, preto no branco, o Senhor Presidente da Câmara a defender a linha do Tâmega; até porque, na reunião de 19.12.2022, não foi há muito tempo, o senhor Presidente levou uma proposta à reunião da Câmara Municipal, que depois foi retirada, por unanimidade, acerca de uma outra solução para aquela mesma linha. E, portanto, quando falamos de coerência, quando

falamos de segurança na decisão, estamos conversados. Deixando só uma breve nota - não venho cá mais por este assunto -, o importante é que foi recomendado à Câmara Municipal esta defesa da linha, que também é uma defesa do Partido Socialista, e que venha a linha do Tâmega.”-----

-----O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção: -----

-----“Em primeiro lugar, na sequência da informação que nos foi entregue, hoje, pela Mesa da Assembleia, parabenizar, mais uma vez, a ação do município que, antecipadamente - porque o prazo é até ao dia 28 e, portanto, se enviou as coisas ontem, foi bem a tempo. E parabenizar pela ação constante que tem tido, relativamente à questão da linha do Tâmega, estando, neste momento, em discussão pública o plano ferroviário nacional. O município pronunciou-se bem dentro do prazo, pelo que só temos que o enaltecer. Aliás, este é um assunto que está a ser tratado desde que o executivo municipal de Amarante, liderado pela coligação afirmar Amarante, tomou posse, em 2013. Importa também dizer que o acidente na linha do Tua, que deu origem ao tal encerramento, em 2009, esse acidente aconteceu em 2007.-----

-----Quanto à questão da seriedade, na reunião de líderes - e eu não tenho problema nenhum em tornar público as coisas que são ditas na reunião de líderes, porque na ação política, e noutras coisas, acho que não vale a pena estarmos com rodeios - o que foi dito na reunião foi que o Partido Socialista iria apresentar uma recomendação à Câmara Municipal de Amarante, nesta Assembleia, na sequência do que já tinham feito ao nível da CIM. Nessa reunião, o Partido Socialista informou que o iria fazer, mas não deu conhecimento do documento. Além do mais, aquilo que eu disse, nessa reunião de líderes, em nome da bancada do Partido Social Democrata, foi que, apesar de concordarmos e de defendermos a reabertura da linha do Tâmega, mediante o que fossem os considerados da tal proposta de recomendação - porque não ando cá há dois dias e sabendo como as forças políticas, muitas vezes, gostam de atuar -, tomaríamos a nossa posição. Fui muito claro, dizendo que se a proposta ferisse, minimamente, o que tem sido a ação do município, não acompanharíamos a proposta, a qual, afinal, tem um texto que foi apresentado na CIM-TS, em julho de 2022, mas só ontem foi dado a conhecer ao Partido Social Democrata o seu teor, por e-mail.-----

-----Portanto, se já era assim tão conhecido, o seu teor podia ter sido informado, há mais tempo. Nesse seguimento e não gostando, obviamente, do que estava naqueles considerandos, vemos agora um número de circo para tentar fazer notícia. Sugeri aos meus colegas de bancada que, para podermos considerar

acompanhar essa proposta, havia dois pontos a ser alterados, mas também havia a necessidade de se dizer que a recomendação saía desta Assembleia Municipal para o Ministério das Infraestruturas, que é quem tem poderes sobre o assunto. Não é simplesmente vir cá dizer à Câmara Municipal que trabalhe naquilo que a própria até já está a trabalhar. Esta alteração não foi aceite e, portanto, se não foi aceite, não podemos acompanhar uma proposta que, apesar de o objetivo final ser a reabertura da linha do Tâmega, com o qual, obviamente, concordamos, não podemos simplesmente aceitar fazer parte de um documento que aquilo que quer dizer é que, agora, pela ação de deputados do Partido Socialista, se está a fazer e a tratar da reabertura da linha do Tâmega. Portanto, a falta de seriedade não foi nossa, nem foi minha, porque eu, na reunião de líderes, disse claramente ao que estava e ao que vinha e não vou nunca pactuar com um número de circo, num tema em que até podemos concordar, mas não o fazemos, simplesmente porque alguém quer fazer notícia, quando tem falta de ideias e não a consegue fazer. Portanto, não contam comigo e não contam com a bancada do Partido Social Democrata para isso. Reforço que somos, obviamente, a favor da linha do Tâmega, mas não aceitamos lições de seriedade, porque se a proposta estava elaborada, há tanto tempo, poderia ter sido exposta com mais tempo. A colaboração não foi aceite, isso não foi aceite. Nós, defendendo aquilo em que acreditamos, que é que daqui saia uma recomendação ao Ministério das Infraestruturas, por um assunto em que, afinal, todos concordamos, agimos desta forma, votamos contra aquela proposta em específico, pelos considerandos que lá estão.” -----

----- **A senhora deputada Helena Portela, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Eu vim aqui apenas fazer aquilo a que me comprometi na última Assembleia, que foi trazer a ata do executivo, onde foi aprovado, por unanimidade, o não pagamento de uma suposta dívida - que não foi entendida como tal - à EDP. Esta ata é do dia 02.10.1989. Na reunião, estavam presentes os senhores Fernão Querubim Pereira, Albino Monteiro Magalhães e Ilídio Agostinho Figueiredo, todos do PSD, Daniel Ribeiro Carvalho e Prof. António Magalhães Antunes, do PS, e José Lino da Silva Vieira Pinto, do CDS. Esta decisão, como disse, foi tomada por unanimidade. Está aqui a ata que o prova e vou deixá-la disponível à Mesa. Só quero esclarecer uma coisa: na altura, disse que se tratava de um diferendo por causa da barragem, mas, o diferendo era sobre a passagem da central hidroelétrica do Olo, dos serviços municipalizados para a EDP.” -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----"Ainda a propósito do assunto da linha do Tâmega, só para dar uma nota de que eu pensava que os deputados intermunicipais do PSD e do CDS-PP, que fazem parte desta Assembleia Municipal, tomaram conhecimento desse documento e o comunicariam às suas bancadas. A segunda nota era para dizer que nós não tivemos que especificar para onde é que íamos enviar os documentos, mas dissemos que devia haver diálogo com os vários agentes políticos e o Governo, assim como com a Infraestruturas de Portugal. -----

-----Relativamente a esta ata aqui referida pela senhora deputada Helena Portela, agradecemos depois que nos fizessem chegar a mesma, onde se confirma o essencial, ou seja, que a luz não estava paga, em 1989, e teve que ser o PS a resolver o diferendo com a EDP."-----

-----**O senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra, proferindo a seguinte intervenção:-----**

-----"O senhor deputado Cândido Zoio desculpe, mas antes de dizer essas coisas, deve ler a referida ata, onde pode ver que a luz estava a ser paga, desde janeiro de 1989. De qualquer maneira, leia a ata e depois tire as suas conclusões e espero que, com toda a franqueza, com a sua dignidade política, venha aqui fazer o seu *mea culpa*."-----

-----**O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:-----**

-----"Eu queria dizer que, acima de tudo está Amarante. E, com certeza, que nós não íamos imaginar que houvesse tão pouca versatilidade e que a proposta da CIM fosse igual à do Município de Amarante, da qual só ontem tivemos conhecimento. Até porque a proposta da CIM já foi nas calendas, foi em julho de 2022. Porque a CIM não fez, com certeza, este trabalho, perante as entidades governamentais, no sentido da inclusão da linha do Tâmega no plano ferroviário nacional; e, porventura, para a maior parte dos municípios da CIM, este assunto não lhes merece tanto interesse como a nós. Portanto, nós estamos a trabalhar bem, estamos a trabalhar afincadamente, pelos vistos, o governo não demonstrou interesse em reativar a linha do Tâmega, tanto assim é que, apesar do que o senhor deputado disse aqui, de que os deputados do Partido Socialista e a distrital do partido visitarem o local, numa altura de campanha eleitoral, com a Senhora Presidente do Marco de Canaveses, foram àquele concelho e a Vila Caiz, e muito bem, apesar disso tudo, senhor deputado, apesar da ação dos senhores deputados do Partido Socialista, a linha do Tâmega não foi incluída no plano ferroviário nacional. Isto é sintomático, portanto, é sinal que a vossa ação não teve o mínimo de eficácia, o que é lamentável quando o Governo, ainda por cima, é socialista. E

é muito importante para Amarante a reativação da linha do Tâmega. Portanto, Senhor Deputado, está a ver, não obstante tudo isso a linha não foi incluída. Eu acho que é mais eficaz, neste momento, o que fez a Câmara Municipal, que é, no período discussão pública do plano ferroviário, dentro do prazo, dar o *input* que tem que ser dado. Os senhores deputados já deram esse *input* dentro do prazo, que é o que é relevante e eficaz, junto do Ministério das Infraestruturas, para incluir a reativação da linha do Tâmega? Se não deram, ainda vão a tempo. Eu acho que é importante para Amarante que deem esse contributo dentro do prazo, como o fez, aliás, o Executivo Municipal. -----

----- Depois, é preciso ver aqui uma coisa, o encerramento da linha ocorreu em 25.03.2009. Não foi suspensão, foi encerrada! O Senhor Presidente da Câmara e todos os amarantinos tinham celebrado o centenário, uns três ou quatro dias antes, e ficaram surpreendidos, conforme disse na altura, ele próprio ficou surpreendido, como todos ficamos. E era para começarem as obras de requalificação, em quatro meses. Dizer que entrou o governo do PSD, que tomou conta? Não tomou conta de nada, foi eleito porque ganhou, mais tarde, mas as obras eram para começar passados quatro meses - se ler os documentos da época, é notório, aparece em vários sítios - e, portanto, as eleições que o PSD acabou por vencer só foram em 2011. As obras que seriam para começar em 2009, começaram por retirar os carris, onde o senhor que os retirou chegou a ter problemas. Mas, isso são outras contas. -----

----- Portanto, os senhores do PS dizem que defendem a linha, mas não conseguiram que o vosso governo a incluísse no plano ferroviário nacional, espero que ainda se consiga. E depois dizem que sempre defenderam o comboio, mas, conforme foi aqui dito pelo senhor deputado Carlos Carvalho, na declaração de voto, o Partido Socialista disse, na altura, que *só em carrinho de rolamentos*, quando o Senhor Presidente da Câmara propôs a reativação. É esta a forma como se defende o comboio? Acho que não é assim. A defesa do comboio deve ser feita de uma forma eficaz e pragmática e, neste momento, a forma mais eficaz e única, se calhar, de defender a linha é do Tâmega é inclui-la no plano ferroviário nacional. Espero que ainda vão a tempo, por isso, deem um *input* para a discussão, dentro do prazo, como fez a Câmara, e muito bem, porque é o único meio, neste momento, de lutarmos todos pela linha de Tâmega, ponto final. Lamento que não tenha saído daqui uma moção conjunta, uma recomendação conjunta, como sempre aconteceu, quando estão em causa problemas relevantes para Amarante. Sempre se conseguiu, quer de um lado, quer do outro, negociar. Desta vez, não houve negociação nenhuma, não houve abertura para nada. Nós apenas

recebemos a proposta, ontem, já ao fim da tarde, e pedimos apenas a retirada de dois pontos da moção, mais nada. Pontos que nós achámos ter algum cunho de propaganda política, ou político-partidária, que são os pontos sétimo e décimo segundo. Não pedimos mais nada, o resto estava lá tudo. Portanto, só não houve acordo para subscrição conjunta, porque os senhores não quiseram e só pretendiam manter lá essa bandeira, no fundo, o objetivo, presumo eu, neste programa, era a bandeira.” -----

----- **O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Não vou discutir a questão da linha do Tâmega, estes argumentos foram discutidos, quase durante oito anos, sempre num processo de *ping-pong*. Mas, para mim, o que é importante, é para si que eu pergunto, senhor Presidente da Câmara, se aquando da consulta pública dos planos de investimento da ferrovia, fez alguma proposta sobre a linha do Tâmega? Isto é uma questão que eu gostava que me respondesse. -----

-----A segunda questão, já não é sobre a linha do Tâmega, mas eu gostava de fazer a seguinte pergunta: há cerca de três ou quatro anos, Amarante foi reconhecida pela UNESCO como cidade criativa. Qual é o ponto da situação deste projeto - que foi um projeto muito divulgado nos meios da comunicação social, inclusivamente estrangeira? E se as atividades e o caderno de encargos também está a ser cumprido?” -----

----- **O senhor Presidente da Câmara, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“A primeira nota, para dizer-vos que a ferrovia é uma causa de todos e eu fico satisfeito por agora todos estarmos com vontade de que a linha do Tâmega seja realmente reaberta, pois esse deve ser o nosso foco. Há pouco, o senhor deputado Cândido Zoio veio pôr em causa por ter-lhe sido entregue, ontem, ou hoje, a nossa participação na consulta pública, onde está em discussão o plano ferroviário nacional. Ora, a nossa posição foi a de que devíamos enviar este documento, o qual já tem uma reflexão por parte da Câmara, com a participação dos técnicos que contratamos, desde 2014, para que o Governo possa fazer uma avaliação - e eu acredito que o fará, até porque sei que há muita gente que também pensa assim -, relativamente ao que deve ser a futura ferrovia em Portugal. Nós fizemos e entregamos o documento, porque a consulta pública termina no dia 28, e achei que vos devia dar conhecimento atempado daquilo que é a nossa posição; uma posição que é conjunta, pelo menos desde o ato eleitoral. De maneira que, estando hoje reunidos, achei que lhes devia dar conhecimento, pelo que é estranho ver a sua

indignação. Isto é, como se costuma dizer, ser preso por ter cão e preso por não ter cão. De toda a maneira, eu estou bem com a minha consciência, porque entendo que este é um assunto que não é do PSD, nem é do PS, é de Amarante e da nação. Não entro com artifícios político-partidários, porque não posso, nem o devo fazer. Por isso, relativamente a este tema, é o que me apraz dizer. -----

----- Também dizer-vos que, no passado dia 23 de janeiro, em Guimarães, o senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Frederico Francisco, apresentou o Plano Ferroviário Nacional, onde intervim e chamei a atenção para esta causa, mas, fiquei desiludido. Aliás, tive a oportunidade de transmitir essa minha desilusão ao a Sua Excelência o Secretário de Estado, porque até parecia que lhe estava a dizer uma coisa nova. Tudo aquilo que eu agora falei e que foi agora apresentado, já fora enviado para as Infraestruturas de Portugal e para a CIM-TS, aquando do plano nacional de investimentos, sendo falado com todas as entidades e, até agora, a ferrovia, a linha do Tâmega não consta em nenhum documento. Disse ainda ao Senhor Secretário de Estado que era imperioso que refletisse sobre a linha do Tâmega, sobre o documento que, pensava eu, a Secretaria de Estado tivesse em seu poder, não só o enviado pela Câmara Municipal de Amarante, mas até pela própria Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. E que estes 12 km de ferrovia - porque há uma correção da linha, que resulta da nossa avaliação -, na altura, custariam trinta e cinco milhões de euros de investimento, para a bitola larga, para o comboio e não para automotora, por uma questão de sustentabilidade, para otimizar os custos. Repito, estamos a falar de trinta e cinco milhões de euros, à data, onde eu até tive o cuidado de o dizer. Seguramente que, agora, os preços, são outros. Na altura, estávamos em 2014 ou 2015, era este o montante. Agora, acredito que o custo até possa duplicar, mas, mesmo assim, é muito pouco. E eu até disse ao Senhor Secretário de Estado que podia lançar a obra e inaugurar-la dentro daquilo que é o PRR, em termos de ferrovia. Seria a única obra que o Senhor Secretário de Estado poderia lançar e inaugurar ainda com as verbas do PRR - mesmo sabendo que não tem sido muito fácil executar projetos no âmbito do PRR -, e que poderia ser uma grande bandeira deste governo. Há dias, estive numa reunião da Assembleia Geral do Eixo Atlântico e falávamos de outras linhas, como, por exemplo, a linha turística, prevista para ligar Felgueiras e Guimarães, enfim, a linha que liga até Espanha, e este tema da ferrovia foi falado. Inclusive, vamos criar agora um grupo de trabalho, em que os municípios de Felgueiras e de Guimarães vão estar envolvidos, para falar sobre essa questão das linhas de comboio, também dos comboios de alta velocidade. Enfim, julgo que, relativamente a este assunto, não vale a pena voltar a falar, a não ser com as

entidades competentes que nos possam ajudar a recolocar a linha, que é aquilo em que estamos focados. Não é por vaidade ou porque achamos que sim, mas porque temos fundamentos técnicos que nos levam a dizer que ela deve ser reaberta. Transmitemos ao Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas que lhe faria chegar uma proposta, esta que agora enviamos, e, a seguir, solicitar-lhe uma audiência, porque notei que não estava focado ou interessado na questão da linha do Tâmega, mais a mais, quando nem sequer estava dentro do assunto. A forma como respondeu, parecia que estava a falar da automotora e que não terá lido aquilo que lá chegou. Já agora, apelo a todos vocês que também possam reforçar esta ideia, até dia 28, enquanto grupos parlamentares, quer seja o PS, quer o PSD. Acho que quantos mais falarmos disto melhor, porque a discussão pública é para todos e, portanto, qualquer um pode fazer chegar o seu contributo, agora com mais este documento que vos enviei, para que, em Lisboa, o leiam, pelo menos aquilo que é a nossa pretensão.-----

----- Quanto à pergunta do senhor deputado José Joaquim, sobre as cidades criativas da UNESCO, como é sabido, nós tínhamos um programa que estávamos a desenvolver, baseado numa proposta feita por Amarante a todas as cidades criativas da UNESCO, na vertente da música e que, na altura da pandemia, parou e só foi retomado, nesta última reunião, que ocorreu no Brasil, em Santos. Nessa reunião estive representado pela senhora diretora do Departamento da Cultura, a quem pedi que encetasse novamente negociações para retomarmos o trabalho que estávamos a desenvolver e que se fizesse, digamos, como que um compasso de espera; por dois fatores: primeiro porque, quando saímos da pandemia, esperávamos que o nosso Cine-Teatro pudesse estar pronto mais cedo, mas não esteve, por várias razões. Agora, temos toda uma nova programação ligada e que vai de encontro àquilo que é o espírito da proposta que fizemos à UNESCO e, portanto, sim, estamos a trabalhar nesse plano de investimentos e vamos continuar a honrar o compromisso que assumimos com a UNESCO.” -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- Não houve inscrições para usar da palavra. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

1. Relatório de atividades e situação financeira do Município – Para conhecimento;

----- Inscreveram-se para usar da palavra os senhores: -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “Pegando nas palavras do Senhor Presidente, relativamente à situação do

Cine-Teatro, que está em fase de conclusão, reparámos no relatório e contas que a Equipa de Projetos Especiais, nas tarefas relacionadas com os fundos comunitários, programação temporal e financeira da operação de reabilitação do Cine-Teatro, pelo que temos salientar que o primeiro projeto deste equipamento foi apresentado, em 2011, e aquando das eleições autárquicas de 2013. E sabemos também que o atual executivo na Câmara Municipal, na altura, entendeu, por opções políticas, fazer uma reformulação ao dito projeto, que implicava, tão só, tirar o fosso da Orquestra e a acomodação, digamos assim, da Orquestra do Norte, nas instalações, ou seja, cerca de 700 m² de construção; o PS manifestou, oportunamente, que era um erro estratégico, atendendo a que o projeto inicial dava efetivamente maior dimensão, para sermos líderes na questão cultural. Na última sessão da Assembleia Municipal, também falei do mesmo, isso é era um projeto diferenciador na região e que podia levar a que outros artistas que pudessem vir cá, a Amarante. Sei também que, na altura, o Carlos Prates, julgo, que foi quem fez o novo projeto, essa alteração ao projeto custaria qualquer coisa como 235.000€, mais coisa, menos coisa, isto são palavras do Senhor Presidente da Câmara. E disse também que aquela alteração iria permitir poupar, digamos assim, mais ou menos, 50% do custo previsto inicialmente. Sendo certo que, depois, em 2019, não eram bem 50%, já só eram 5,1 milhões de euros, quando o projeto inicial, julgo, se cifrava nos 6,8 milhões de euros, que a obra iria ser submetida a candidatura ao "Portugal 2020", com uma possível incorporação de 85%, de financiamento europeu, e 15% a nível nacional, e que até podia haver umas melhorias. Eu gostaria de colocar uma questão muito breve ao senhor Presidente da Assembleia, para que possa depois ser encaminhada para o senhor Presidente da Câmara, sobre quanto é que, atualmente, custa o Cine-Teatro de Amarante? Quanto é que custa, com estas alterações todas, a alteração ao projeto inicial? Na altura, presumo, das leituras que fiz, rondava os 238.000 euros, sabendo que, na altura, já estava nos 5,1 milhões de euros. Lembro-me também que, em 2019, dizia que o prazo era de 540 dias, mas já estamos com o dobro desse tempo, que não foi por causa da pandemia, certamente, porque a construção civil, felizmente, foi um setor que manteve essa atividade. Assim, eu gostaria de saber, muito concretamente, quanto é que custou este processo todo, na parte da adaptação do projeto." -----

----- **O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- "Tenho duas questões muito concretas que gostaria de colocar ao Senhor Presidente da Câmara. A primeira vai de encontro àquilo que estávamos a falar da

arte e da indústria criativa e que tem a ver com o lançamento, há bem pouco tempo, de um filme alusivo à nossa maior figura cultural do Município, que é Amadeo de Souza-Cardoso. Quando se soube publicamente que se estava a fazer um filme alusivo à figura da Amadeo de Souza-Cardoso, todos nós ficamos, de alguma forma, entusiasmados com essa ideia e sempre pensamos, pensei eu, que o município se iria associar, no sentido em que pudéssemos também associar o nome de Amarante, ao maior vulto cultural do nosso concelho. Acontece que o filme é lançado – não sei se há aqui muita gente que tenha visto o filme, eu já vi -, e percebemos que não há qualquer referência ao concelho e, portanto, perdeu-se aqui uma oportunidade de nos associarmos a um filme, a uma obra cultural com este impacto e aproveitarmos a nossa ligação a essa circunstância. À boca pequena - e já não é tanto à boca pequena, penso que toda a gente já ouviu estes rumores, que a produtora do filme diz aí, a quem quiser ouvir, que tal referência e tal parceria que se pudesse estabelecer com o município, não aconteceu pela simples circunstância de o município, pura e simplesmente, não dar resposta às inúmeras solicitações que lhe foram feitas. Penso que houve, durante algum tempo, conversações com a produtora no sentido de associar o nome de Amarante e o Concelho de Amarante a este filme e que a partir de determinada altura esse diálogo acabou. Eventualmente, se calhar, nem respondeu ou não houve esta ligação, o que terá sido uma oportunidade falhada, na minha perspetiva. Senhor Presidente, uma pergunta muito simples, o que é que se passou para que o município de Amarante não tivesse sido associado a uma obra desta natureza e que nós pudéssemos, de alguma forma, aproveitar este filme para projetar o nosso concelho?-----

----- A segunda questão tem a ver com o seguinte: No dia 14.02.2018, o Município de Amarante celebrou um contrato, que consta na *Base.gov*, por ajuste direto, com a designação «Aquisição de serviços em regime de avença para a coordenação de desenvolvimento e acompanhamento de programa funcional do projeto espaço Casa da Memória e Solar de Magalhães e do Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso». Um contrato que deveria ser cumprido no prazo de 327 dias, por um valor de cinquenta e um mil euros, acrescido de IVA, a uma empresa, não sei se é uma empresa, um tal Senhor Fortunato Carvalhido da Silva. -

----- Outro contrato, em 26 dias do mês de janeiro de 2023, que também consta na *Base.gov*, com a empresa *Quartenaire*, que tem a seguinte designação: "Definição do projeto de museografia do Museu Identidade da Memória de Amarante, no valor de 119.000€, acrescido de IVA. Senhor Presidente, a questão é muito simples, voltando ao contrato inicial e colocando de parte a questão relativa

ao Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso - no plano funcional, o museu já existe, há 70 anos, mas, enfim, os espaços não são estáticos e até admito que pudesse ter havido ali um projeto de intervenção a este nível, o que é certo é que, desde 2018, até hoje, passaram cinco anos e o museu está a funcionar da mesma maneira - a pergunta é mesmo esta: o que é que se fez e o que houve, no seguimento desta avença que foi celebrada com este tal Senhor Fortunato? -----

-----Mas, voltando à Casa da Memória, se em 2018 se pudesse entender que podia haver um projeto de definição do modelo funcional, porque estávamos no início da construção do equipamento, um entendimento juntamente com o arquiteto da obra, até podia fazer algum sentido. Agora, hoje, quando estamos na iminência de terminar as obras, estamos a falar de um novo modelo funcional para o mesmo espaço? A questão que eu faço é mesmo esta Senhor Presidente, não é a mesma coisa? Não vamos fazer dois contratos, com um hiato de 5 anos, para fazer exatamente a mesma coisa, ou, pelo menos, ficam com pequenas nuances que os diferenciam, mas que, na essência, é a mesma coisa? E hoje que, estando a obra já concluída, vamos agora repensar qual vai ser o modelo funcional? O modelo funcional é definir as áreas em que ficou, em função do projeto museográfico, que espaço é que deve obedecer, a adequação do projeto arquitetónico ao acervo museográfico, quantas e que tipo de pessoas é que vão lá trabalhar. Enfim, há aqui toda uma panóplia de questões que deviam ter sido pensadas inicialmente, quando o projeto foi construído e adaptado, mas, nesta fase, parece-me, de alguma forma, extemporâneo. Mas, mais grave que isso, parece-me que andamos aqui a fazer dois contratos para fazer exatamente a mesma coisa, senhor Presidente. Isto parece-me que são dois irmãos siameses separados à nascença, mas não é à nascença, porque há aqui um hiato de 5 anos, que daria uma boa novela mexicana, mas o que é certo é que mais de duzentos mil euros pagos com o dinheiro de todos nós.” -----

-----**O senhor deputado André Magalhães, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Eu gostaria simplesmente, em jeito de complemento, também ajudar a trazer alguns esclarecimentos sobre a questão do filme sobre Amadeo de Souza-Cardoso. Até porque, sem me querer substituir ao senhor Presidente da Câmara, que certamente poderá sempre acrescentar algumas coisas, este é um processo do qual ainda eu fazia parte do Executivo Camarário e tive a oportunidade de participar e, portanto, sinto-me na obrigação também de partilhar algumas informações sobre o mesmo, trazer alguma luz sobre o processo em si. E acho que a preocupação que o senhor deputado aqui manifestou, de o município identificar

as oportunidades e se associar a projetos que venham a valorizar os vultos de Amarante, seja o caso de Amadeo, de Agustina, de Teixeira Pascoaes e muitos outros, deve ser uma preocupação do executivo camarário e, se calhar, até convém dizer que também acaba por ser um registo ou, digamos assim, uma marca deste executivo que, desde 2013, o tem feito em diversos projetos. Eu poderia falar da Teixeira Pascoaes, podia falar de Agustina, podia falar de vários projetos que não foram iniciados pelo município de Amarante, para além daqueles que o município também iniciou e executou, mas muitos outros em que nós nos identificamos e ativamente nos propusemos a ser parceiros. E lembro que, logo no início do nosso primeiro mandato, quando foi o caso do documentário em torno da vida de Amadeo, em que foi noticiado que iria ser feito e foi o próprio município que diligenciou, que tomou várias iniciativas até conseguir contactar o realizador e o produtor e associarmo-nos, fomos nós que efetivamente nos prontificamos a fazê-lo. O mesmo aconteceu com a exposição do *Grand Palais* e, portanto, é um *modus operandi*, digamos assim, do município e quando estamos a falar de objetivos estratégicos, nomeadamente na área cultural e na promoção daquilo que são as grandes figuras do concelho, portanto, no que aconteceria em relação a este filme que agora foi estreado, a posição não seria diferente. Na verdade, foi intenção e foi vontade, por parte do município, em poder ajudar, em poder colaborar; a primeira abordagem por parte da empresa produtora foi efetivamente dizer que também teriam esse interesse de poder fazer, até, filmagens no concelho de Amarante, o qual nos agradou bastante e nós gostaríamos também de poder recebê-las. Mas as condições colocadas à cabeça pela equipa produtora foi, desde logo, uma exigência financeira. Eu, desde já, peço desculpa, não tenho dados comigo, mas eram cento e vinte e cinco mil euros, à cabeça, fora um conjunto de outros apoios que teriam que ser dados na execução das filmagens, que seriam acoplados. E há uma nota importante neste pedido e nesta proposta, que convém também dizer, que é o timing em que ela chega, não só um timing extremamente curto, desde o momento em que nos é proposto até o momento do início das possíveis filmagens. O que levantava, já à data, várias questões, desde a cabimentação, que teria de ser salvaguardada pelos procedimentos formais; a questão relacionada com a articulação com vários parceiros locais que era necessário fazer, desde logo. Ou seja, fomos contactados e foi-nos feita a proposta num tempo muito curto. Efetivamente, não haveria as condições para ir de encontro a essa essa pretensão, mas, mesmo assim, dissemos que queríamos colaborar e abrimos a possibilidade de o poder fazer de outras maneiras. Então, durante vários dias, de uma forma extremamente intensa porque, como volto a dizer, tínhamos um espaço de tempo

muito, muito reduzido, foi colocada a possibilidade de colaborarem outras maneiras, nomeadamente no apoio logístico, e de outros aspetos e, nessa altura, vem-nos um caderno de encargos sobre esse apoio logístico. Eu volto a dizer, não sei precisar agora, mas estamos a falar, por exemplo, de, para além de transporte, de tendas, de infraestruturas complementares, estamos a falar de alojamento para largas dezenas de pessoas, durante vários dias, semanas, com alimentação incluída, três refeições por dia, que totalizavam, se não o mesmo valor, em termos financeiros, mas algo muito próximo. E, curiosamente, mesmo que a gente dissesse que gostaria de o fazer, com o tempo que foi que nos foi dado, na altura, encetamos esforços no sentido de tentar articular com a oferta do alojamento local, ou seja, entre alojamento local, entre hotéis. Desde logo, foi-nos claro que nem sequer era possível responder segundo aquelas condições que estavam a ser dadas. -----

----- Então, o que é que foi feito? Foi mostrada a nossa disponibilidade. Sabíamos que não conseguimos ir de encontro a estas exigências, mas dissemos aquilo que, na altura, tínhamos conseguido averiguar, entre as alimentações entre o alojamento disponível, nas várias modalidades de alojamento, e partilhamos com a empresa, para ver se haveria interesse para se poder fazer. Eu, agora, novamente, não sei precisar se chegamos a receber resposta a essa disponibilidade, que não estariam interessados, ou não chegamos sequer a receber resposta a isso. -----

----- E volto a lembrar que estamos a falar de uma coisa de que eu me lembro, sendo que uma parte do processo passou por mim, de receber as necessidades de alojamento, alimentação, pelo menos para umas filmagens que começariam em após três ou quatro semanas. É disto que estamos a falar, há data, a um determinado momento do processo. Acrescentaria só duas notas finais. Uma, que acredito que estas também tenham sido as condições, ou parte das condições, que foram colocados a outros municípios, como foi o caso do município do Porto e o município de Espinho, que, igualmente, também foram abordados e decidiram não se associar. Outra nota que também acho que é relevante e aproveito para, num aparte, fazer um elogio, uma nota bastante positiva sobre a atuação do governo, numa matéria que diz respeito às produções nacionais, porque, há uns anos atrás, foi criada uma estrutura chamada *Portugal Film Commission*, à imagem de outros países, a entidade criada pelo Estado para promover o país como destino para gravações internacionais, mas também para colaborar na promoção daquilo que são as produções nacionais. E, na altura desta negociação, nós já tínhamos feito vários esforços junto desta entidade, para nos colocarmos como palco para produções nacionais e internacionais, conseguimos falar com alguns interlocutores

da dita entidade e foi-nos reportado que esta produção, por via desta estrutura e de outras dedicadas à cultura, já tinha salvaguardado grande parte do custo da sua produção, quer fosse feita a filmagem, em Amarante, quer em outro local, para realizar este mesmo filme. Ou seja, só por via dos fundos públicos, grande parte dos custos relacionados com esta produção estavam assegurados. Foi, portanto, no balanço entre aquilo que era possível, com o *timing* que nos foi dado, os recursos disponíveis e a vontade do município em poder ajudar, que nós colocamos, de forma muito transparente, quais eram as condições.-----

-----E eu peço desculpa, não consigo relembrar com precisão, quantas dormidas e refeições. Na altura, propôs-se a isenções de taxas, cortes de trânsito e transportes através de nossos autocarros, já não consigo precisar, não tenho acesso à informação, até porque já não tenho acesso à anterior conta de e-mail, mas para dizer que dissemos sim, estamos disponíveis, só dissemos que não era de acordo com as condições que nos foram propostas. Infelizmente, não foi possível.”-----

-----**A senhora deputada Zita Pereira, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Só para completar aquilo que foi dito pelo deputado André Magalhães, vem uma notícia, e é pública, a referir-se sobre a consonância que o filme reflete, ou não, com aquilo que foi a vida de Amadeo, ou a obra de Amadeo. Há quem acredite que fica aquém e até quem não tenha gostado do filme, mas isso são opiniões, são gostos. Aquilo que é importante reforçar e complementar é que está um artigo no jornal Público, que dá notícia de que estiveram sete dias alojados, em Amarante, numa residência artística, ou seja, uma semana.-----

-----Por isso, entre aquilo que foi pedido ao município e, depois, aquilo que foi revelador na concretização do filme, existe, de facto, uma grande discrepância.”---

-----**O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Eu coloquei uma questão ao senhor Presidente da Câmara e o senhor deputado André Magalhães já explicou os argumentos que, na altura, tinha, mas há aqui duas questões que é preciso ver, se depois aqui fosse apresentada a comunicação que existiu e desde quando começaram os primeiros contatos. Até porque a informação que nós temos, não é minha, aliás, certamente há várias pessoas aqui que também viram as informações. O que eu estou a dizer é que os contatos começaram em 2018 e as filmagens começaram em 2020, já na altura da pandemia. Portanto, há aqui um hiato de tempo. E que os valores que pediam à Câmara, excetuando o apoio alimentar e de alojamento, seria na ordem dos nove mil euros. Nove mil euros é a informação que tenho, mas admito, porque não

tenho qualquer documento, não vi documento nenhum, foi o que que ouvi falar. Agora, relativamente à questão das filmagens e do tempo em que estiveram alojados, se eles retiraram as filmagens e as referências ao município, obviamente que a estadia em Amarante foi muito inferior, porque, de facto, não houve esta ligação, esta parceria com o município.” -----

----- **O senhor Presidente da Câmara, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Relativamente à primeira questão, colocada pelo senhor deputado Cândido Zoio, julgo que o assunto do Cine-Teatro já foi diversas vezes falado, mas dá ideia que temos que continuar a falar disto, que é para ficar esclarecido. Primeiro, foi feita uma apresentação do projeto, na Casa da Portela, e essa questão até foi colocada pelo meu antecessor, ao Arq.º Carlos Prata. E pensei que tivesse ficado esclarecido. As dimensões da sala e do palco e o número de cadeiras mantêm-se, fica exatamente igual, não diminuiu. Portanto, dizer que havia condições e que deixou de as haver é falso. O que diminuiu foi a residência artística, mas o fosso da orquestra está lá, mas não tem aquela plataforma elevatória para o palco, e porquê? Porque, na altura, eu fiz o trabalho de casa e falei com várias entidades, no sentido de saber se o fosso fazia sentido. Porque, no fundo, o fosso é utilizado uma vez por outra, para dizer que trabalhou e depois nunca mais é utilizado, porque aquilo só serve praticamente para ópera. Mas, como deve compreender, esta não é uma sala preparada para ópera, porque, como também sabe, a ópera envolve muito dinheiro, temporadas alargadas e não pode ser feita para uma atuação só. E, portanto, o que me disseram foi que, efetivamente, não faz sentido. É bom que perceba isto, a sala e o palco têm as medidas exatamente iguais e o número de cadeiras até será maior, porque sobrou o espaço do fosso, o que deu para colocar mais algumas. -----

-----A residência artística saiu, na altura perguntei sobre qual o diferencial entre aquilo que foi o custo do projeto final, que ficou em 4,1 e depois passou para 4,9 e, agora, está em 5,2 milhões de euros. E o diferencial de preços também era galopante. Estaríamos a falar, agora, se calhar, de uma variação de mais de três milhões de euros. É assim, mas isto é por causa da atualização de preços. Eu dou-vos um exemplo: quando comecei a fazer um projeto para as piscinas, eram cinco milhões de euros, depois passou para oito milhões, com a atualização de preços, e, neste momento, vai em treze milhões. E o projeto é o mesmo, a questão é que, com a atualização dos preços, isto está claramente incomportável. E, na altura, se nós tivéssemos feito - porque o que diminuiu, efetivamente, foi a parte de trás, onde era a residência artística da orquestra -, o que é que acontecia, meus

senhores? Isto foi explicado, o entendimento de que as residências artísticas são penosas para o município, porque, depois, teríamos uma sala que, estando a ser utilizada por uma orquestra, qualquer outra atividade do programa cultural que nós tivéssemos para funcionamento na sala, teríamos que estar sempre a pedir autorização ao senhor maestro. Deixe-me dizer-lhe, eu acredito que os senhores teriam feito o mesmo, depois de ouvir pessoas interessadas e que percebem da matéria. Hoje em dia, já ninguém faz isso. Há espaços para as orquestras e mesmo a Orquestra do Norte, que tem agora um espaço que lhe está confiado, irá ter, no futuro, noutra edifício e que seguramente a Câmara irá fazer, não terá problemas com os ensaios nem quando tiver que fazer um espetáculo. Dentro em breve vai fazê-lo e terá a utilização normal de qualquer espetáculo, seja contratado pela Câmara, seja ele com a Orquestra do Norte, com a Orquestra Sinfónica de Braga, ou seja com que orquestra for. Terá o seu tempo para se adaptar à sala, os ensaios e, obviamente, poderemos desfrutar de um espetáculo. Esta é a nota que queria dar e espero que, de uma vez por todas, percebam. Acho que foi uma boa atitude termos mudado, independentemente de termos que pagar - como o senhor deputado disse, e muito bem - ao Carlos Prata, porque tinha que ser a ele, senão tínhamos que fazer um projeto novo, uma vez que foi ele que venceu o concurso de ideias, para o efeito. Portanto, como nós queríamos que a sala se mantivesse igual, pedimos-lhe a ele. Quanto aos preços, é como eu dizia, começou em 4,1 milhões de euros, depois foi lançado por 4,9, com o ajustamento de preços; até agora, ficou em 5,286 milhões de euros, com revisões de preços, porque nós também pagamos à equipa de fiscalização, mais duzentos e tal mil euros. Quer dizer que já gastamos cinco milhões quatrocentos e noventa e cinco mil euros, incluindo o trabalho da equipa que está a acompanhar o projeto. Estou a dizer os números todos, que é para ficarem a saber. Já agora, dizer-lhes que, em termos de quadro comunitário de apoio, nós já recebemos quatro milhões seiscentos e noventa e cinco mil euros, que também incorpora a fiscalização. Quer dizer que recebemos 85%, exatamente, do financiamento da obra em causa, dos cinco milhões quatrocentos e noventa e cinco mil euros, e eu acredito que até possa aumentar ligeiramente. -----

----- Agora, respondendo ao senhor deputado Torcato Ferreira, não é *uma novela mexicana*, senhor deputado. Aqui não há novelas, comigo. Efetivamente, na altura, entendeu a Câmara que deveria contratar alguém e pedi aconselhamento à Direção Regional da Cultura do Norte, se faria sentido contratar alguém para nos ajudar, que percebesse de Museologia, sobre como deveria ser o layout e a programação do edifício. Abriu-se procedimento e acabamos por não contratar e, portanto, não gastei cinquenta mil euros. Não gastei nenhum porque, depois, ao falar com o

senhor arquiteto e também com a equipa da Câmara Municipal, entendeu-se que não faria sentido. Só depois iríamos precisar de uma equipa especializada, não para a questão do edifício, mas para o programa funcional do museu, em si. Houve uma reunião com diversas entidades, de Amarante, pessoas que gostam e pensam cultura e de Amarante. Aliás, era um grupo bastante alargado, para nos ajudar a perceber, porque Amarante tem uma coisa boa, tem abundante oferta cultural, muitas figuras proeminentes. Alguns municípios têm um acontecimento e necessitam de cavalgar mais. Amarante, por seu lado, foi palco de muitos acontecimentos, desde as invasões francesas, desde a questão religiosa, desde Amadeu, Agustina, enfim, um sem número de figuras emblemáticas, em que nós temos que definir o que é que vai ser a utilização do espaço e daí que contratamos uma empresa, que é reputadíssima nesta matéria, para nos ajudar a pensar, conjuntamente, com as pessoas de Amarante. Aliás, já houve uma reunião, ainda na semana passada e, dentro de duas semanas, vai ter lugar uma reunião alargada, com algumas figuras de Amarante, as quais têm realmente uma reflexão crítica sobre estas questões culturais e, portanto, sim, agora contratamos esta empresa para trabalhar adequadamente aquilo que será a ocupação daquele espaço, que está a ficar concluído. Não vai ser alterado o espaço físico, vai sim ser vista a programação, em termos daquilo que será o futuro museu da nossa cidade, que, aliás, tem o nome «Mimar». Portanto, julgo que estará esclarecido, achamos que poderia ser alguém que sabe destas áreas, que eu não domino completamente. Eu tenho, por princípio, ouvir as pessoas e tentar seguir algumas orientações. -----

-----Relativamente ao filme sobre Amadeo, vamos lá a ver, nós não somos a capital, não somos o Porto, mas somos uma cidade que também tem princípios. Nós ajudamos toda a gente, colaboramos, quando vemos que o programa é interessante, não temos problemas em pagar, desde o momento em que o retorno seja interessante. Tenho aqui o ofício que me foi enviado, no dia 06.09.2019, ao qual se seguiu reunião, que o realizador não compareceu - nunca falei com ele -, mas falei com alguém da empresa que o mesmo também detém, a *Ukbar Filmes*. Começaram a reunião dizendo: *senhor Presidente, nós vamos fazer um filme, queremos que haja um patrocínio por parte da Câmara, de cento e vinte e cinco mil euros, mais isto, mais aquilo e aquele outro*. O que me descreveram era insuficiente, pelo que lhes perguntei que me fizessem o favor de dizer o que queriam e onde filmar. Daí que achei que cento e vinte e cinco mil euros era um bocado exagerado, até porque depois havia toda a parte logística. E eu, desde logo, garantia essa parte da logística, como os transportes e a estadia para algumas pessoas, tendo até aconselhado o hotel, em Vila Meã, pela lógica da proximidade.

Enfim, achei que devia fazer esta abordagem, mas eles mostraram-se intransigentes relativamente aos montantes, para além de todo a restante logística. Nessa altura, inclusive, falamos que havia verbas de apoio, por parte da entidade que o senhor deputado André Magalhães referiu, há momentos. Mas, cento e vinte e cinco mil euros, entendi que não devia dar, não obstante ter manifestado disponibilidade para negociar. Portanto, não eram nove mil euros, nem cinquenta mil euros. Aliás, eu julgo que até terei feito uma contraproposta de cinquenta mil euros, mas isto foi verbal, não o posso provar, vale o que vale, portanto. Mas, até esse montante, eu achava que era razoável, porque depois ainda havia a logística. Agora, o que dizem ou deixam de dizer, não me interessa. Interessa-me, sim, é que toda a gente que queira desenvolver uma atividade, em que o nome de Amarante possa, efetivamente, atravessar fronteiras, Amarante paga, da mesma maneira como pagamos quando foi o documentário do Amadeo, que foi feito por pela *France Television*, por Cristophe Fonseca. Esta foi uma proposta séria, chegou aqui e definiu exatamente o que era o documentário, que ia passar em 130 países, dizendo exatamente o que precisava e o que não precisava e pediu, já não me lembro quanto é que foi, mas, à volta de vinte mil euros, ou mais qualquer coisa. Mas foi uma proposta séria, não é chegar aqui e *o senhor dá cento e vinte e cinco mil euros*. Não é assim que eu funciono. Amarante merece o respeito de toda a gente. Tem que ser tratada como é tratada a capital.”-----

-----**O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Eu dou como válidas as explicações, relativamente ao filme sobre Amadeo, não tenho como não aceitar essas essas explicações, que são válidas. Mas, agora também gostaria de perguntar quanto é que o município gastou com as filmagens de uma telenovela na SIC, que foi transmitida aqui, há uns anos? Já agora, seria interessante fazermos aqui um paralelismo e perceber o que é que nós consideramos importante. Relativamente ao filme, por aqui me fico, tenho pena, todos temos pena que não tivesse acontecido em Amarante, como aconteceu há uns anos atrás, com o filme de Luís Filipe Rocha, «a outra margem», que foi filmado cá. Mas, relativamente ao filme, dou como concluída e como satisfeitas as explicações que deu. Relativamente ao contrato que diz que não celebrou, estas coisas são como são, mas eu tenho o contrato aqui, à minha frente, e assinado pelo senhor Presidente da Câmara, o contrato número 19/2018. Depois acabou por não adjudicar, mas, habitualmente, o contrato é feito após a adjudicação. Eu tenho alguma dificuldade em compreender isso, mas tudo bem. Já agora, deixe-me dizer o seguinte, voltando ao mesmo, depois da obra estar feita falta definir o modelo

funcional? Sinceramente, acho que andamos aqui todos com o carro à frente dos bois.” -----

----- **O senhor deputado André Magalhães do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Eu só gostava de dar aqui uma nota, face à ligação que foi estabelecida entre o filme Amadeo e a questão da telenovela, e dizer que estamos a falar de coisas totalmente diferentes, até porque estamos a falar de uma promoção do nosso vulto, por um lado, e a telenovela está muito mais alinhada com uma questão, digamos assim, da nossa aposta na promoção do concelho, pois foi gravada em Amarante, durante um ano, onde estivemos em canal aberto, foram feitas métricas da exposição, da visibilidade. Não tem a ver com uma questão de aposta cultural, nem de longe, nem de perto; estamos a falar de questões diferentes, falamos em tipos de promoção turística, e cujos efeitos de promoção nos vários meios de comunicação social, fossem eles no canal aberto, durante a própria projeção da novela, fosse nas revistas, nos jornais ou nos programas de televisão, tivemos várias métricas. E o relatório que foi apresentado diz-nos os gastos da novela, quando é que foi celebrado, quer com a equipa de produção, quer com o apoio logístico, e depois tem as métricas de retorno. Portanto, são coisas diferentes, estamos a falar de uma promoção turística, por um lado, por outro estamos a falar de políticas de cultura e de promoção cultural. Não estamos a falar das mesmas linhas de política. E quanto ao retorno de visibilidade, temos vários dados estatísticos, que dizem que é grande o retorno investido, o que, neste caso, nós nem sequer conseguimos avaliar à cabeça.” -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Pelas palavras do senhor Presidente da Câmara, eram 5,4 milhões de euros, à data da apresentação, foi o que eu percebi, em termos de montante efetivo, com a obra, projeto de alteração, para não contar o tempo que estivemos sem Cine-Teatro, atendendo a estas alterações todas, importa também dizer que era uma mais-valia para o município. Acho piada quando os senhores vereadores do executivo se riem, perante um projeto que foi entregue e estava pronto a executar e, uma década depois, acha que fez uma grande obra, sendo que, na altura, nos foi anunciado que ficaria por metade. De 5,4 milhões passou para seis milhões, não é metade. E diz-me assim, *pois, mas agora cresceram muito os custos das obras*, mas, naquela altura, não. Ou seja, o impacto do aumento da construção civil, foi agora, não foi em 2013; foi agora, há um ou dois anos. Nós vimos que é um aumento exponencial do custo de obra e, por isso, esta revisão de preços, etc.

Mais do que isto, já é conversa fiada. Gostaria era que a Câmara Municipal - porque eu quando venho aqui falar, gosto de me informar e tirei esta notícia que estava no site da Câmara -, fosse corrigir algumas coisas. Primeiro, diz que o FEDER financiava 40%, afinal, já não é, pelo que percebi, agora é 85%, em traços largos, o que custaria ao município, à data, oitocentos mil euros, mais ou menos, e ficamos sem Cine-Teatro este tempo todo. Basicamente é isto, para português entender." -

-----O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção: -----

-----"E é destas intervenções que é feita a gincana política do Partido Socialista, em Amarante, a que já nos foram habituando. Nós chegamos à governação do município, em que havia um projeto na gaveta. Portanto, não se sabia para quando, não se sabia como seria pago e não se sabia como seria executado. Depois, passou a existir um trabalho para melhorar o projeto, saber como o financiar, saber como executá-lo. A seguir, apanhar com uma pandemia pelo meio, e haver ainda alterações para melhorar o projeto. Tudo isto para chegar a uma Assembleia Municipal, em 2023, e ver o Partido Socialista a criticar a execução de uma obra tão necessária, tão positiva para Amarante.-----

-----Acho que não há muito mais a dizer, quando se procura fazer política sem ideias, mas criando factos; criam-se factos que, às vezes, não passam de ficção, ou então de coisas muito aproximadas dos desenhos animados." -----

-----O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção: -----

-----"Não sei qual é o conceito de gincana política, o PS concordava com o projeto inicial, sendo este muito mais completo e diferenciador na região, ponto final, parágrafo. No argumento do senhor Presidente da Câmara, que nós pudemos acompanhar, fica mais barato e vai ter as mesmas soluções. O que eu quero dizer, aqui, é que não fica nada mais barato; ficamos sem resposta e ainda não está concluído." -----

-----O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção: -----

-----"A desonestidade do que é dito é quando se vem fazer uma afirmação como, *à data de hoje, não ficou mais barato*, sabendo o que aconteceu com as matérias-primas, devido à pandemia e a guerra da Ucrânia, as dificuldades no fornecimento de materiais, etc. Eu sei o que é que o Partido Socialista quer dizer, mas, o que Partido Socialista está a fazer é mentir, portanto, a razão do mais barato é que é preciso dizer por que motivo não ficou mais barato, isso não querem vocês dizer. Foi isso que acabou de fazer, mas também importa dizer outra coisa, quando

falamos de tempo, falamos de um tempo em que o projeto se melhorou. Nós passamos a ter, muito sinceramente, um Cine-Teatro mais adequado. É preciso ser consequente no que se diz e não tentar fazer a gincana política que se faz, que é dizer que não ficou mais barato, mas diga por que motivo não ficou mais barato! A justificação está à vista de toda a gente. Isso é *atirar areia para os olhos das pessoas*, porque, à data de hoje, toda a gente conhece o que aconteceu com as matérias-primas, o que aconteceu com a inflação, portanto, é profundamente desonesto vir aqui fazer uma afirmação deste género, mas é o que temos.” -----

----- **O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Estou com alguma dificuldade em responder, porque, vamos lá ver, nós apresentamos projetos na ordem dos vinte milhões de euros, elegíveis, financiados com onze milhões pelo FEDER, incluindo o Cine-Teatro. Neste momento temos dezanove milhões e trezentos mil euros, mais ou menos, o que quer dizer que fomos lá buscar mais quase nove milhões de euros do que era suposto receber. Ou seja, de financiamentos de 40 %, conseguimos passar para alguns 100%, outros para 90%, para 93%, ou para 85 %. Quer dizer que, de vinte e dois milhões de euros de obras elegíveis – nem todas eram elegíveis, por exemplo o Bairro Cancela de Abreu, o que obrigou a mais um esforço da Câmara Municipal -, nós conseguimos um reforço bastante acentuado de fundos comunitários. As obras candidatas orçavam em vinte e um milhões setecentos e vinte mil euros e já fomos buscar, em termos de FEDER, dezanove milhões quatrocentos e setenta e dois mil euros. Depois, em dezembro do ano passado, também recebemos mais algum, mais de dois milhões e setecentos mil euros, através do *overbooking*. Quer isto dizer que eram 40%, inicialmente, e temos agora 85%, ou seja, tivemos um ganho de 45%. -----

----- E isto é mau?! Foi estratégia. Se disser que arrisquei, claro, que o fiz. Há dias, disse que não era o São Gonçalo e, agora, também não sou Cristo, que fez a multiplicação do pão. Esta multiplicação foi uma estratégia, em que eu peguei no pouco que havia – como sabem até fomos prejudicados, quando devíamos ter o PEDU, tivemos o PARU, e, portanto, eram oito milhões de euros, imagine o que faríamos com mais este valor, teríamos investido mais vinte milhões de euros. O que é que eu fiz? Desmultipliquei muita coisa, baixei a contrapartida de FEDER, para uma média de 40% - acreditando que, no final, iria acontecer o inevitável, ou seja, o Estado não gasta, seja o PS, ou o PSD, foi assim, desde o primeiro quadro comunitário -, apresentamos muitas candidaturas, na ordem de vinte e dois milhões de euros, e conseguimos agora ir buscar esse dinheiro. Repare que,

destes vinte e um milhões setecentos e noventa e dois mil euros, só gastamos dois milhões e trezentos mil euros. Isto é negócio, é bom para Amarante e, por isso, é que há obras e o Cineteatro, como o senhor dizia, há bocado, com toda a razão, subscrevo, foi uma obra adiada demasiados anos; nisso o senhor deputado está carregado razão, nós compramos aquele edifício e, durante 20 anos, ou 15, já não sei bem quanto, esteve ali parado, até ao momento em que houve uma equipa que, mais do que andar aqui a prometer, de 4 em 4 anos, disse vamos fazer e definimos como prioridade fazer o Cine-Teatro. Assim como o Solar de Magalhães e uma série de outros investimentos, senhor deputado, o segredo, vou-lhe dizer-lhe, é ter capacidade de trabalho, saber o que se quer e ter dinâmica.-----

-----Relativamente à questão da telenovela, senhor deputado, eu sei que custa, mas, realmente, Amarante está no mapa. E com duzentos e tal mil euros, agora não lhe sei precisar, mas posso depois enviar o relatório, que até fala do retorno, a mesma manteve-se aqui durante um ano - por acaso aquela novela vi, porque falava da minha Terra, não sou muito fã -, toda a gente dizia que, pela primeira vez, a uma novela falava na terra, que mostrou o que foi o MIMO, o que foi o UVVA, as festas da cidade, em todo o lado, porque isso foi tudo negociado, para realmente mostrar uma terra e uma cidade que tem a capacidade de atrair pessoas. Foi isso que nós tivemos e pagamos uma promoção, para, durante um ano, entrar na casa dos portugueses, por pouco mais de duzentos mil euros. Acha muito? Acha que foi uma asneira? O senhor diz isso, obviamente, porque, só outros sentimentos o levam a dizer, porque, da nossa parte, houve capacidade para fazer, houve capacidade para mostrar uma terra que é lindíssima, é única. E tivemos essa vantagem, promovendo aquilo que é nosso, até mesmo os nossos artistas locais, vejam. Tivemos essa capacidade de incluir os nossos jovens, através do programa Band'Arte, meter duas dessas bandas e passar a música deles na novela. Veja até isto, tivemos essa capacidade para o fazer e, quando houver uma outra proposta assim, em que se pague duzentos mil euros para promover a minha terra, durante um ano, todos os dias, em horário nobre, a entrar pela porta dentro dos amarantinos, senhor deputado, eu vou pagar."-----

-----O presente assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação. -----

2. Aceitação de doações de parcelas de terrenos para o domínio público –

Reposição do traçado inicial da Rua do Cabo, Freguesia de Fregim – (Registo n.º 3405/2022/04/19).

----- Não houve inscrições para usar da palavra. -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea q) do nº 1 do

artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou aprovar a afetação das parcelas de terreno para integração no domínio público municipal, de acordo com a proposta da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta, por unanimidade, para surtir efeitos imediatos. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

3. Desafetação de parcela de terreno do domínio público - (Registo n.º 15451/2022/06/14).-----

----- Não houve inscrições para usar da palavra. -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea q) do nº 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, deliberou aprovar a desafetação da parcela de terreno do domínio público municipal, de acordo com a proposta da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta, por unanimidade, para surtir efeitos imediatos. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

4. Contrato de transferência de competências e auto de transferência de recursos entre o Município de Amarante e as Juntas de Freguesia - (Registo n.º 733/2023/01/26).-----

----- Inscreveu-se para usara da palavra: -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- "Não obstante sabermos que o montante que é distribuído já foi discutido em sede de orçamento, reafirmo que o valor é insuficiente para as juntas de freguesia. Contudo, aquele pequeno montante foi distribuído pelos critérios existentes e acordado com as juntas de freguesia. E, portanto, o que está aqui a votar é apenas essa redistribuição, pelo que o Partido Socialista votará favoravelmente." -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, deliberou aprovar a delegação de competências a que se refere o citado diploma, de acordo com a proposta da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, por unanimidade, para surtir efeitos imediatos. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal.-----

5. Descentralização de competências no domínio da Ação Social - (Registo n.º 21/2023/01/03).-----

----- Inscreveu-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Só também para dar nota, senhor Presidente, que o PS votará favoravelmente esta proposta. Reunidas todas as condições, têm agora os municípios, por via do acordo feito entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o governo da República, todas as condições para fazerem um excelente trabalho e, portanto, a responsabilização agora será maior. O Governo do Partido Socialista criou todas as condições.”-----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea k) do nº 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, conjugado com o n.º 5 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua redação atual, deliberou aprovar a aceitação da transferência de competências no domínio da ação social, a partir do dia 03 de abril de 2023, com base no “Acordo Setorial de Compromisso entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)”, de acordo com a proposta da Câmara Municipal.-----

-----Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, por unanimidade, para surtir efeitos imediatos. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal.-----

6. Mapa dos Fluxos de Caixa do exercício de 2022 e 1.ª alteração orçamental modificativa, por incorporação do saldo de gerência e inclusão de novos projetos e dotações relativos à transferência de competências do domínio da Ação Social - (Registo n.º 1350/2023/02/15).

----- Inscreveu-se para usara da palavra: -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“O ponto que aqui trazemos agora, é da incorporação dos saldos de gerência, mas também os seiscentos e quinze mil euros que o Estado vai transferir, portanto, é necessário incorporar isso em orçamento. O Partido Socialista foi muito claro, na altura, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal, em falar deste

orçamento e todos os considerandos do mesmo, com a centralização toda, não descentralizando para as juntas, não fazendo aquilo que era importante neste tempo de incerteza. Mantém-se essa posição por parte do atual executivo e reparem nesta incorporação de saldos; isto é para depois constar os pagamentos que têm que efetuar, muitos deles já comprometidos, provavelmente no segundo trimestre. E vemos aqui um aumento, por exemplo, 1,2 milhões de euros, onde estava em 1,220 milhões de euros, para avenças e trabalhos especializados, passou agora para 3,7 milhões de euros, mais 400.000 euros, em consultoria. 1,2 milhões de euros é muito dinheiro. Portanto, em nada altera aquilo que era a nossa posição, relativamente ao orçamento, principalmente num tempo em que vemos as notícias todos os dias e que as famílias, as pessoas, as empresas necessitam cada vez mais de apoio e era muito importante reforçar aqui algumas, situações. Também não vemos aqui contempladas algumas obras (apenas constam 3 ou 4) - nas juntas de freguesia que estariam já com projeto feito e que poderiam, eventualmente, avançar o quanto antes possível, o que era importante para a coesão territorial. Mas isso discutiremos depois, na Carta Social, para vermos os números que temos agora. Aquilo que eu queria dizer é que mantemos a posição que tivemos no orçamento e, portanto, vamos abster-nos nesta proposta.” -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou aprovar a primeira revisão/alteração orçamental modificativa, por incorporação do saldo de gerência, no montante de 5.740.115,92€ (cinco milhões setecentos e quarenta mil cento e quinze euros e noventa e dois cêntimos), e incorporação da receita proveniente da transferência de competências no domínio da Ação Social, no montante de 591.193,86€ (quinhentos e noventa e um mil cento e noventa e três euros e oitenta e seis cêntimos), de acordo com a proposta da Câmara Municipal.-----

-----Esta deliberação foi tomada por 29 votos a favor, 21 abstenções e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, por unanimidade, para surtir efeitos imediatos. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal.-----

7. 1.ª Alteração ao mapa de pessoal do ano de 2023 - (Registo n.º 1349/2023/02/15);

----- Inscreveu-se para usara da palavra: -----

----- **O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“A questão que se põe neste ponto tem a ver com a declaração de voto que os senhores vereadores do Partido Socialista apresentaram, em reunião de Câmara, na discussão do mesmo assunto. Na minha perspectiva e tendo em conta os pressupostos que os vereadores do Partido Socialista invocaram, a melhor contextualização desta alteração decorre da transferência de competências na área da ação social, pelo que esta é feita no sentido de poder lançar concurso para contratar técnicos que possam assumir as competências que derivam da dita transferência. É disso que estamos a falar e concordando com os preceitos da declaração de voto do Partido Socialista, na medida em que a Câmara Municipal, ao assumir as suas novas competências, realiza diretamente o trabalho que hoje é feito pelas instituições, que têm acordos de cooperação com a segurança social. Portanto, as instituições que têm este acordo de colaboração vão deixar de o ter e, por isso, vão deixar de necessitar dos técnicos que estão contratados. Ora, isto é um golpe duro para as instituições que, por esta via, conseguem ter um corpo técnico que, não só cumpre estas funções, mas, também, de alguma forma, as ajuda tecnicamente, desenvolvendo toda a dinâmica das próprias instituições. Este é um assunto que eu gostaria de deixar aqui, para reflexão. De facto, nós estamos aqui a dar aqui um sinal muito claro às instituições que, a partir de agora, vão deixar de ter dinheiro para pagar ao seu corpo técnico. Muitas vezes, é assim que as instituições conseguem ter os seus técnicos superiores. Eu não estou sequer a dizer que discordo em absoluto que a Câmara queira, ela própria, assumir esta competência, é uma opção legítima, há municípios que o fizeram, há outros que não fizeram. Enfim, eu tenho a minha opinião, mas aceito como legítima essa decisão. A minha questão tem a ver com o facto de que, a um mês da assunção das competências, e tendo presente que um concurso, desde a data em que é aberto, até à sua conclusão, decorrerá um período, no mínimo, de seis ou sete meses, ou até mais, nunca será muito menos que isto, pelo que seria razoável que as instituições que estão no terreno soubessem, preto no branco, com o que podem contar, porque, nesta data, elas não sabem, ou só conhecem rumores. As instituições não sabem se vão continuar com os protocolos, ou não. Não sabem, inclusivamente, quem vai assumir a coordenação do núcleo local de inserção, que agora se vai chamar outra coisa, e quem vai gerir os apoios económicos, de que forma vão ser processados e quem vai assumir o serviço de ação social que, anteriormente, era gerido pela Segurança Social. Há uma indefinição que é preciso clarificar, por respeito às instituições que estão neste momento no terreno e que, de alguma forma, precisam de ver clarificada essa situação, até porque, em caso de elas terem que rescindir contratos com os trabalhadores, terem um tempo útil

para poderem fazer um pré-aviso, pagar a rescisão desses mesmos contratos. Desde há muito tempo que sabíamos que, a partir de abril, o município iria assumir esta competência, mas deviam conversar com instituições e que, com respeito pelas mesmas disposições, que lhes deem algumas garantias do que podem contar, num futuro imediato. E, já agora, também clarificar esta Assembleia Municipal sobre o plano do município no sentido de, enfim, a médio prazo, com esta assunção de responsabilidades, saber o que vai fazer com os técnicos que agora vai contratar.” -----

----- **O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Eu quero dizer que nós vamos votar a favor, porque, tanto quanto sei, a Câmara vai manter os protocolos com as instituições, pelo menos, até ao final do ano. O mapa de pessoal, como sabem, é como que um planeamento para o caso de de a Câmara Municipal decidir internalizar os serviços. Terá que fazer esse planeamento, neste caso, mais do que uma gestão. Serão quatro ou cinco pessoas que estão em causa, mas, se a Câmara mantém os protocolos, continuará a mesma situação como existia, no âmbito da Segurança Social. Como sabem, se a Câmara Municipal decidir internalizar o serviço, não se pode fazer uma transmissão direta dos funcionários dessas instituições para a autarquia, só pode ser por concurso público. Podia ter sido previsto isso, eventualmente, no diploma de transferência de competências, mas, ao contrário do que alguém aqui disse, não estão reunidas essas condições, o qual, como sabem, é uma grande falha, como também na transferência dos inerentes recursos financeiros. Nesse diploma, o governo poderia eventualmente ter acautelado que, no caso de os municípios internalizarem os serviços, haver uma norma especial que permitisse o ingresso dessas pessoas que estão adstritas às instituições. Isso é que era trabalhar como devia ser, porque os municípios *de per si* não podem fazer o ingresso direto dessas pessoas, sendo obrigatório haver concurso, como é evidente, de acordo com a lei. Podia era ter havido um suporte legal prévio do governo quando transferiu as competências e isso não foi acautelado. O que está a acontecer é que há municípios que continuam com os protocolos e outros que internalizam os serviços. Por exemplo, Baião, tanto quanto sei, vai internalizar o serviço e, portanto, também estão em causa as pessoas. Mas os municípios que já decidiram internalizar os serviços não podem garantir que as pessoas que estão afetas aos protocolos nas respetivas instituições passem diretamente para os quadros, eventualmente, algumas passarão, por concurso. E daí que eu não percebo porque é que se está contra, neste momento. Quer dizer, a opção é objetiva, ou se mantêm os protocolos, como a Câmara está

a fazer – e, neste caso, não percebo o voto contra, porque mantém-se exatamente a mesma situação que está em vigor atualmente - ou se vier a ser internalizado o serviço e essas pessoas não transitarem, aí sim, poderia justificar-se essa posição, mas, neste momento, não se justifica.” -----

----- O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção: -----

-----“Em resposta ao senhor deputado António Araújo, bem, o senhor sabe que vai haver protocolos até ao final do ano. O problema é que as instituições que têm protocolos ainda não o sabem, esse é que é o problema. Se o Dr. Jorge Ricardo estiver em condições de dizer perentoriamente que reuniu com as instituições, no sentido de definir todos os critérios, diga-o. E há aqui outra questão que também é preciso ver, é que neste mapa pessoal só constam técnicos superiores e não os auxiliares de ação direta que estão contratados pelas instituições e que são financiadas pela segurança social. O que lhes vai acontecer? E, já agora, também esclarecer o senhor deputado António Araújo que, neste entretanto, as instituições não mantêm os acordos com a Segurança Social, uma vez que os mesmos cessam com a assunção das competências pela Câmara Municipal. Relativamente aos concursos públicos, o senhor deputado António Araújo, como advogado, sabe que vive num Estado de direito e, portanto, não vale a pena falar mais nisto.” -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção: -----

-----“Eu fico espantado com este tipo de intervenção, deixem-me dizer-vos, porque isto é passar um atestado de desleixo ou de incapacidade à Câmara Municipal. Alguém vir aqui, porque ouviu dizer, que falou com um amigalhaço, desculpem dizer isto, e acha que a Câmara não é uma entidade responsável, que não tem capacidade de olhar para um problema que se anda a discutir, para aí há um ano, sabendo-se que era um acordo leonino para Amarante - na altura, estive neste local, em reuniões com quem de direito, em que percebi que não havia capacidade de tomar decisões, pelo que, ainda bem, alguém deu um murro na mesa e a Associação Nacional de Municípios Portugueses pôs os pés a caminho e corrigiu. Veja que a Amarante ia ter metade daquilo que agora vai ter, porque nós já tínhamos feito o trabalho de casa e dissemos que era essa a verba que devíamos ter. Alteramos o quadro - e eu disse isto em reunião de Câmara -, porque, conforme dito na Associação Nacional de Municípios, iam tentar que os técnicos que estão a operar neste momento pudessem passar para os quadros dos municípios, por via da legislação a ser preparada. Esta foi uma questão que foi colocada por vários colegas, para que aqueles que estão habituados aos processos e quissem

incorporar os serviços das câmaras, pudessem ser transferidos. Mas, agora, dizem que não, que a Câmara Municipal não sabe o que anda a fazer, que não tem capacidade técnica, que não sabe quais são as instituições e que, a partir de abril, vai ser um terror! Enfim, isto é brincar com coisas sérias, vir aqui, com esse desplante, quando o senhor sabe perfeitamente que se falou com as pessoas, que ainda não está definido o modelo final, não se sabendo se vai ser por três meses, por meio ano ou um ano, como é que vai ser feito, a única coisa que falta é assinar, com quem de direito, não com os amigos ou com a clubite, porque isso é desvirtuar as coisas. Isso é brincar com coisas sérias e isso não admito, sabe que a gente trabalha a sério, que se empenha pelos processos e quer acautelar também a condição das pessoas. Sabe por que é que criamos os lugares no quadro, abertos a toda a população? Porque, como já o dissera aos senhores vereadores e senhoras vereadoras, ainda não há uma decisão fechada e acho que convém avaliar o que sentem os técnicos, porque estamos a falar de pessoas e a tentar perceber qual a forma como as pessoas se vão dedicar à causa, se preferem continuar nas entidades, ou se preferem, eventualmente, candidatarem-se a um concurso que a Câmara Municipal possa fazer. Na próxima semana, teremos uma reunião para fechar o resto das situações, portanto, estejam descansados, já andamos a trabalhar nisto, para aí há um ano. E a Câmara vai continuar a trabalhar nisto com conta, peso e medida, para o bem da população.” -----

----- **O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Senhor Presidente, deixe-me dizer-lhe que o senhor talvez não tivesse ouvido o que eu disse. Eu não pus em causa coisíssima nenhuma. Eu pedi-lhe esclarecimentos e fiz aqui algumas considerações, pelo que não vale a pena o senhor exaltar-se. Enfim, em primeiro lugar, não nos comove e também não nos assusta, portanto, deixe-me dizer-lhe que nós estamos aqui para, cordialmente e dentro daquilo que são as regras de respeito e dos valores democráticos, numa casa como esta, em que estamos aqui a representar quem nos elegeu; acho que temos o dever de falar, com a devida urbanidade. Em todo o caso, deixe-me dizer-lhe que é mesmo de pessoas que estamos a falar. E por ser de pessoas que estamos a falar é que temos que ter esse cuidado todo; e o que o senhor acabou de dizer, corroborou aquilo que foi a minha intervenção. O senhor à data de hoje ainda não falou, quando estamos a um mês, se os seus contratos vão manter-se. Deixe-me também dizer-lhe que, se as instituições tivessem que rescindir contratos daqui a um mês, não tinham tempo para fazer os procedimentos. Os senhores já sabiam disto e, por isso, não é querer dar um atestado de incompetência. Não foi

isso que eu quis dizer, mas a verdade é que já sabiam, pelo menos desde outubro do ano passado, ou novembro, que estas competências iam passar para o município, portanto, não começou agora. E se vocês já andam a trabalhar isto, há um ano, a verdade é que, de facto, deixaram quase para a última, para resolver esta situação das instituições e das pessoas. Foi esse o objetivo e o espírito pelo qual eu vim cá falar, por respeito pelas pessoas que trabalham nas instituições, que estão legitimamente preocupados com o que vai ser o seu futuro profissional, saber se vão ter contrato a partir de abril, ou se não vão ter trabalho. Aliás, eu comecei por dizer que considero legítima a opção do município, em assumir diretamente esta gestão e este compromisso. Foi disto que eu vim falar, porque é importante que as instituições possam saber como lidar com os seus próprios trabalhadores. Portanto, foi isto que eu disse, não foi outra coisa.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “Só para dizer, e quero que fique registado na ata, as instituições sabem que vai haver protocolo.” -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou aprovar a primeira alteração ao mapa de pessoal do ano de 2023, de acordo com a proposta da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por 29 votos a favor, 0 abstenções e 22 votos contra. Encontravam-se presentes 51 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada, por unanimidade, em minuta para surtir efeitos imediatos. Encontravam-se presentes 51 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

8. Aprovação da Carta Social de Amarante – (Registo n.º 1287/2023/02/14);

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “Estamos perante um documento de extrema importância, uma ferramenta essencial ao estudo da dinâmica da rede social e que se apresenta como instrumento de informação privilegiada de caracterização e análise, essencial para o projeto de conceção e adequação das políticas para o apoio ao planeamento territorial e a preparação de tomada de decisão, afirmando-se também como meio fundamental para a linha de informação ao cidadão. Este documento estratégico ficou um pouco aquém, no que respeita a alguns indicadores essenciais, como é o

caso, por exemplo, da caracterização da rede de acessibilidades à atividade económica, mesmo à habitação, assim como alguns objetivos estratégicos em concreto no seu plano de ação. Sabemos também que deverá ter em linha de conta a sua reavaliação, daqui a dois anos. Nesse sentido, o PS manifestará a sua opinião e eventuais contributos para a melhoria do que se pretende com esse documento, na resposta às populações, pois este deverá ser um ponto de partida e há muito por fazer. A grande preocupação do PS é dotar o território de uma rede de equipamentos e serviços sociais adequados, distribuídos de forma equilibrada e que apresentem elevados níveis de eficácia e eficiência, espelhada numa visão estratégica municipal, para fazer de Amarante um concelho social e territorialmente coeso, que responde às necessidades do cidadão. E este documento não cumpre totalmente esses requisitos, apontando metas e objetivos a atingir, sem, contudo, explicar cabalmente a estratégia para lá chegar. De referir, ainda, que este documento vai demonstrar, por dados comparativos de 2011 a 2021, todas as nossas fragilidades, principalmente em dois níveis fundamentais para o desenvolvimento de um território ou demográfico. No período de 2011 a 2021, perdemos 7,37% da população, superior à média da área territorial da CIM Tâmega e Sousa, que registou uma perda de 5,6 %, e acima da média do norte de Portugal, de cerca de 2,78 %, sendo 2,6% superior à média nacional. -----

----- Isto quer dizer que Amarante perdeu aquele efeito tampão que tinha, de conseguir manter cá as pessoas. No nosso território, na margem direita, apresenta uma redução de 5,02 %, na margem esquerda, de 13,24%, com algumas freguesias e uniões de freguesias, regista uma perda, na ordem dos 23 a 27%. Isto é dramático, somente a freguesia da Lomba registou um pequeno aumento da sua população, mas, naturalmente, por pressão da união das freguesias do centro urbano. Outro indicador preocupante, que se prende com o envelhecimento da nossa população, a faixa etária dos 65 anos, ou mais, registou um forte aumento de 27,66%. Já nos 25 ao 64 anos, registamos um decréscimo de 8,81%, dos 15 aos 24 anos, um decréscimo de 14,81%, e, finalmente, a taxa natalidade, na faixa dos zero aos 14 anos, regista um decréscimo bastante significativo e também ele muito preocupante, numa redução de mais de um quarto da população geral, de 27,66%. São números absolutamente dramáticos, quanto à coesão territorial. Uma outra constatação, neste documento, é o nível de insuficiência da distribuição espacial da rede de serviços e equipamentos sociais, que se traduz numa má cobertura, em muitas freguesias do nosso concelho, em especial na margem direita, sendo ainda precária a resposta em todas as que se encontram mais afastadas do núcleo urbano, independentemente de alguns fatores que não

podemos dominar e que têm contribuído para o decréscimo populacional demográfico, a nível nacional, como é o fator emigração, por exemplo. Com muitas assimetrias no território, sem planeamento e orientações estratégicas políticas que possam contrariar estas tendências, certamente não conseguiremos reverter os diferentes problemas identificados, confirmando que o Partido Socialista de Amarante, já há algum tempo, tinha trazido este debate. E tinha identificado a questão, no nosso programa eleitoral, que eu depois poderei fazer chegar novamente a todos vós, porque estamos num espaço em que fazemos essa troca de documentos. Nesse programa eleitoral apelidamos a nova geração de políticas sociais para a nossa rede, para o território e promotoras de atração das pessoas.---

----- Ainda na coesão social, dar nota que consideramos graves as lacunas para o nosso território, de vários serviços, de respostas que deveriam estar refletidos neste documento, para podermos analisar uma estratégia concertada na ação, como, por exemplo, a criação de centros de noite, a criação de centros de convívio e lazer, uma unidade sócio ocupacional para a saúde mental, a disponibilização de um centro de atendimento permanente para o apoio a jovens e adultos com dependências de drogas e álcool, a criação do centro de inovação social de apoio a todo o território do Douro, Tâmega e Sousa, entre outros. Sendo certo que, nos mapas que nos enviaram, também tive oportunidade de ver que, pelo menos, há meia dúzia de instituições que não estão lá refletidas. Não estando lá refletidas, supostamente não existem e enviesam a estratégia. Atendendo a que as cartas referem um território que se fragilizou imenso nesta última década, que a todos nos deve preocupar, foi por isso que andamos a falar destas coisas; destas atividades que colocamos aqui, sempre em cima da mesa da coesão territorial, de apoiar mais as freguesias, que fazem um excelente trabalho, a trabalhar em rede com as instituições, como fazia o Instituto de Segurança Social, que trabalhava com as instituições no terreno, porque estão perto das pessoas. Há, por exemplo, os projetos de referenciação e de capacitação dos cuidadores informais, com rede de apoio aos cuidadores que dela necessitam. Estas pessoas, que muitas vezes estão com os seus pais, com os seus entes queridos, 365 dias por ano, 24 horas por dia e precisam rapidamente de um apoio e, portanto, temos que ter esta estratégia montada. Mas, como eu disse, isto é um ponto de partida, não é um ponto de chegada, portanto, daqui a dois anos, cá estaremos para avaliar o que foi conseguido e o que não foi conseguido. Algumas metas são ambiciosas, mas também temos que ver que aqui é terreno fértil para a instalação de determinadas unidades, atendendo à população idosa que temos e à incapacidade de resposta social que temos. Portanto o privado vai ter aqui um forte *input*, certamente. Mas,

o que importa aqui é que a Câmara Municipal sirva de pivô e focar-se na estratégia de mostrar um determinado rumo. Estaremos, daqui por dois anos, a avaliar os resultados conseguidos. Certamente algumas das metas também são ambiciosas, mas, como disse, o privado cá estará também para ajudar a construir estas metas. Não tenham medo de protocolos, não tenham medo de trabalhar com os outros, porque é a trabalhar com os outros que conseguimos construir um território melhor. Por isso, vamo-nos abster neste ponto, dando o benefício da dúvida.” -----

----- **O senhor deputado Vítor Briga Rei, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção escrita:**-----

-----“Hoje, pelo menos, já conseguimos ver que o Partido Socialista conseguiu ler mais um bocadinho e inteirar-se sobre o que é uma carta social; e não insistiu no erro de vir aqui dizer que isto é uma revisão da carta social. Em 2013, havia um diagnóstico social que está a ser atualizado e é um dos elementos que compõe a carta. E o senhor deputado sabe que esta carta social é um documento informativo, uma estratégia para resposta às necessidades, que vão sempre mudando. De facto, também sei que vocês vão ficar chateados, novamente, mas também tenho que dizer que, como sabem, este documento foi aprovado, por unanimidade, no Conselho Local de Ação Social, em que há pessoas do Partido Socialista, que estiveram presentes, que votaram favoravelmente e que, agora, como dizia o Carlos Carvalho, vestiram, como nos desenhos animados, um novo fato, um novo fato de super-homem, ou do *PJ Mask*, quem tiver crianças pequenas, sabe o que é. Então agora mudou o seu sentido de voto, como se o fato anterior já não contasse. Por isso esta posição do Partido Socialista, que não é construtiva, é apenas uma abstenção, só porque sim, não está justificado. -----

-----Obviamente que a nossa bancada votará favoravelmente o documento apresentado, assumindo ainda com orgulho e com convicção de que, a partir de hoje, sendo aprovado, seremos um dos dois municípios da CIM Tâmega e Sousa que tem uma carta social aprovada.”-----

----- **O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“O senhor deputado Vítor Briga já disse, praticamente, tudo o que eu queria dizer, mas só vou fazer uma ressalva, quanto aos problemas demográficos. É preciso ver que nós estamos a falar do *censos*, num período de 2011 a 2021, portanto, ainda incluiu parte do governo do Partido Socialista e, ainda, os dois anos mais complicados, como sabem, no período da *troika*, de 2011 a 2013. Foram dois anos em que saiu mais gente de Amarante, nomeadamente pela crise da construção civil. E gente que não voltou, porque depois, durante estes anos todos,

não conseguimos inverter, não conseguimos virar a página da austeridade; e o país está cada vez mais pobre, infelizmente, portanto aqueles dois anos marcaram um bocado, não só em Amarante, mas em todo lado, como sabem. Há um outro aspeto, senhor deputado, Amarante estava na mesma ou pior porque, reparem, nos *censos* de 2001 a 2011 - e aqui já estamos a falar do governo municipal integralmente socialista -, este e o concelho de Baião, foram os dois únicos que desceram, em termos populacionais, 4,9 % e 14 %, respetivamente. Portanto, Amarante e Baião foram os únicos que desceram, em contraciclo com os restantes. Amarante passou agora para 7,3 pontos, mas o Marco também tem os mesmos 7,3 %. Como veem, este é um problema de âmbito nacional, com o qual nós teremos que lidar, do ponto de vista estratégico, que é a questão do envelhecimento da população, não só para Amarante, porque na sua região de origem, senhor deputado, a situação é muito mais trágica. Por isso, os problemas demográficos no concelho não veem só de 2011 a 2021, já vinham de 2001 a 2011. Dentro do território do Tâmega e Sousa, nessa altura, Baião e Amarante foram os únicos que desceram. O Marco de Canaveses não desceu, Felgueiras não desceu, Paços Ferreira e Lousada não desceram. Agora, todos desceram, exceto Lousada, que mantém, pelo que teremos de trabalhar nisso, porque é uma questão estratégica, com esta transferência de competências, criando respostas sociais para a população. Mas, a transferência de competências só ocorrerá em dois de abril, portanto, as competências na área social ainda são da esfera do governo. Mas não vai haver transferência de competências na área social?! Que eu saiba, a transferência de competências vai ser concretizada em 2 de abril. A Câmara também tem algumas competências nessa área, as competências complementares, como é evidente. Mas a competência da ação social é do governo e, por isso, é que ele agora está a transferir para as câmaras municipais; está a transferir as competências primordiais da ação social. O senhor deputado [Vereador Hugo Carvalho] pode falar vontade, porque eu ouço-o com muito gosto. Eu não posso autorizá-lo, mas, se quiser, pode falar. Portanto, as competências das câmaras eram complementares e vão deixar de ser, vão passar a ser totais e principais. Portanto, muitos dos problemas sociais devem-se à falta de resposta do governo, como é evidente, isso é notório. -----

----- Vir falar de uma carta social, como se fosse um diagnóstico social, e abster-se, quando todas as instituições votaram a favor e deram parecer favorável, não sei o que é isto. Estamos a falar de uma carta social e não de um diagnóstico social, sendo que o último, como sabem, é de 2013. Os diagnósticos sociais são de 10 em 10 anos, portanto, agora, em 2023, vai ter que haver outro diagnóstico social ou

revisão do anterior. E, na declaração de voto que eu vi, está lá. É evidente que confundiram, mas isso é um lapso que toda a gente pode ter.” -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Em relação aos documentos, às vezes mudam de nome e, por força desta legislação, mudou de nome, mas já havia já documentos básicos estavam a ser trabalhados, é verdade, também. Eu, enquanto deputado municipal ou intermunicipal, tenho uma posição política. E vou à Assembleia intermunicipal, enquanto eleito pela Assembleia Municipal da Amarante, também tenho uma posição política. Outra coisa diferente, eu, Cândido Zoio, exerço funções ou vou representar uma instituição e tomo uma posição de acordo com os interesses da mesma. Eu sei que vocês confundem muito a questão política com a questão profissional, mas eu não. Portanto, aqui, a minha posição é política, relativamente a este documento, para que fique clarinho como água, eu sei que há muitas confusões, às vezes, e vocês gostam dessas confusões, mas eu aprendi que não devo lutar na lama, porque senão quem fica enlameado sou eu.-----

----- Segundo ponto, a posição política que eu tive na CIM, relativamente à linha do Tâmega, tive-a também aqui, na Assembleia Municipal. O mesmo não se pode dizer de outros deputados. A posição profissional que eu tive, num determinado fórum de discussão, em que «não sou tido nem achado», apenas podendo dizer e ficar mais com o diagnóstico, para posicionar o meu serviço naquilo que são as projeções que vamos ter. Portanto, eu ali não uso o serviço para tomar posições políticas. Eu gosto de separar bem as águas, ao contrário, volto a dizer, de alguns senhores deputados, pelo que percebi do que aqui afirmaram.-----

----- Quanto ao fator demografia, é um processo muito complexo, que tem várias componentes, sendo certo que eu corroboro aquilo que o senhor deputado António Araújo veio aqui dizer. Quando nós temos um Primeiro-Ministro que diz que a emigração é uma oportunidade clara, em que eu sou convidado a emigrar...! E quem é que disse isso? Não foi, certamente, um primeiro-ministro eleito pelo Partido Socialista. E, se calhar, foi nessa altura, como todos viram, que se deu essa emigração, um fator muito complexo. E, por isso mesmo, esta Carta Social deve ter, por exemplo, a questão do acolhimento de imigrantes. Está a verificar-se uma forte procura de imigrantes no nosso território, porque estamos a ser mais atrativos. É importante saber como nos posicionarmos, que estruturas de suporte é que vamos dar a esses imigrantes, para eles poderem cá ficar, como aconteceu com o acolhimento de ucranianos. Também há uma forte procura por parte de cidadãos brasileiros, que procuram aqui trabalho e acho que Amarante tem que

ter essa capacidade, essa visão estratégica. E, por isso, dissemos que iríamos abster-nos, para termos garantias que, em 2025, estaremos aqui todos reunidos, novamente, na reavaliação da carta social. -----

----- Nós não queremos dar um cheque em branco à Câmara Municipal, sabendo que não têm contempladas determinadas políticas, designadamente a integração destas pessoas, por exemplo, e de outras situações, como o que já referi, dos cuidadores informais. Vamos ver certamente boas posições de outros municípios que vão elaborar projetos que são diferenciadores.” -----

----- **O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “No seguimento da intervenção do senhor deputado António Araújo, eu gostaria só de trazer duas ou três notas. A obrigatoriedade de os municípios apresentarem e aprovarem uma carta social deriva exatamente do processo do diploma que concretiza o processo de transferências para o município, no âmbito da ação social. Por isso é que o município avançou com a Carta Social, foi mais lesto a fazer a Carta Social, e mal, digo eu, já que é mau, nesta fase. O Decreto-Lei 75/2013, o diploma que estabelece o quadro de atribuições e competências para as autarquias locais, é um diploma que nos devia ser familiar, a todos, mas, pelos vistos, para o senhor deputado António Araújo não é, está com a ideia que as competências do município, em matéria de ação social, só se concretizam agora, com este processo. Bem, o município tem o fundo de emergência social, tem habitação social, apoios sociais, mas acha que não tem competências nenhuma em matéria de ação social e, portanto, anda a executar um conjunto de atos que terão de ser considerados nulos, por falta de legitimidade para agir. Uma carta social é um instrumento estratégico de concretização de ações e de decisões políticas para o município, com todos os agentes que constituem esse mesmo município: instituições locais de solidariedade social, enfim, escolas, município, todo o tipo de instituições. A Carta Social não tem nada a ver com o diagnóstico social. São coisas completamente diferentes e é aí que eu digo que, neste momento, se calhar, estamos a andar um pouco depressa demais, na aprovação desta Carta social. Porque? Porque ela não concretiza suficientemente aquilo que é a definição política ou aquilo que são as estratégias ou vontade política do município. Porque lhe falta uma série de documentos que deviam ser trabalhados em conjunto, até porque é necessário agora, em 2023, fazer a revisão do diagnóstico social, que faz a radiografia daquilo que é o nosso território. Mas, o diagnóstico tem que ser acompanhado por outros dois instrumentos, que é o plano de desenvolvimento social e o plano de ação e, portanto, estamos aqui a aprovar um documento que é

a carta social, sem ter os outros dois atualizados. Não me parece que faça muito sentido.”-----

----- **O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Senhor deputado Torcato Ferreira, eu vou-lhe dizer uma coisa, muito francamente, quando o senhor deputado tiver o nível de conhecimento dos diplomas que regem as autarquias que eu tenho, sintá-se satisfeito, modéstia à parte. E agora eu vim aqui, sobretudo, porque jurei a mim mesmo que em qualquer fórum onde eu estiver, quando houver alusão negativa ao governo de Passos Coelho, eu virei sempre falar acerca disso. -----

----- Meus senhores, agradeçam ao Dr. Passos Coelho, porque ele tirou o nosso país duma quase bancarrota, que vocês trouxeram; que o vosso primeiro-ministro, Eng.º José Sócrates, trouxe a este país. Agradeçam-lhe, porque ele, entre 2011 e 2015, resolveu esse problema. E se houve emigração, pois houve, vocês sabem como é que funcionava. A Troika vinha com uma *checklist*, a mandar fazer cortes, aumentar impostos, vocês sabem isso. Portanto, ao dizerem mal de Passos Coelho, vocês estão errados, estão a ser demagogos. O governo de Passos Coelho tirou este país da bancarrota, trazida pelo governo anterior do Partido Socialista. -----

----- Quanto à questão da emigração o senhor sabe que tem índices muito altos e já não temos a troika, pelo contrário, temos a Europa a dar-nos dinheiro. Mas, o que acontece é que o governo, mesmo assim, não consegue baixar esses índices, porque o país está mais pobre, são dados objetivos. -----

----- Além de vestir várias peles, devem prevalecer as convicções, nós acreditamos numa coisa e concordamos com ela, ou então não concordamos. Quando concordamos convictamente numa coisa e votamos de forma diferente, não é o mais correto. Há várias formas de não votarmos as coisas. É uma questão de dignidade, não é só de coerência, e uma carta social é um assunto muito sério. É um documento estratégico para o município de Amarante.”-----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Em resposta ao senhor deputado António Araújo, quero dizer que o Grupo Municipal do PSD, certamente, levou este puxão de orelhas e espero que da próxima vez não vote de forma diferente em dois organismos em que têm assento.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Lamento que esta discussão não fosse mais intensa, mas no sentido de

ajudar a melhorar um documento que é partilhado por todas as entidades da área social, em Amarante. Estamos a falar de cerca de quarenta entidades, em que alguns que vieram aqui falar tiveram, no sítio certo, a oportunidade de ajudar a melhorar um documento que dizem que é estratégico e importante, que é isto e aquele outro. Mas, no entanto, votaram favoravelmente e agora põem em causa a capacidade das entidades, da qual o município de Amarante também faz parte, assim como algumas juntas de freguesia. Entidades sérias e idóneas que trabalham e pensam esta área do social. No entanto, pode-se vir aqui dizer aquilo que lhes apetece, porque acham que fica a bem dizer. Nada mais errado, os senhores vereadores e senhora vereadora do Partido Socialista permitam-me que faça uma citação - depois irei responder na próxima reunião de Câmara, cabalmente, a todas as questões que os senhores vereadores colocaram na declaração de voto, para que não restem dúvidas - *em primeiro lugar, registamos com grande preocupação que a última Carta social do nosso Concelho, que data de 2013, só agora, após 10 anos, estou a citar, se tenha conseguido efetuar a sua revisão, sendo este um documento de extrema importância para o nosso Concelho e tendo surgido ao longo dos últimos anos novas respostas sociais, não se entende a inércia da autarquia de Amarante, neste domínio. Para dizer que se confundiram dois documentos, a carta social e o diagnóstico social. Eu estou perfeitamente à vontade, porque falei com os técnicos que, ao longo de dois anos, andam a trabalhar isto.*-----

-----O objetivo desta carta social é tão-somente um mapeamento das respostas sociais no território, presentemente, de modo a permitir a tomada de decisão para a criação e ou ampliação de serviços, que correspondam a essas carências. Foi feito todo um mapeamento de tudo o que existe e da capacidade de resposta que essas mesmas entidades que operam no território possam fazer. Referiram que não constavam duas entidades, isso aconteceu porque pediram a adesão após a elaboração do documento, pelo que é falso que tenham sido ocultadas. Essas entidades acabaram por ser auscultadas, mesmo não tendo que o ser. Estou, assim, a defender os nossos técnicos e as nossas técnicas, que fizeram um trabalho incedível, que têm a preocupação de não deixar ninguém de fora ou sem resposta, os quais defenderei até às últimas consequências. Contrariamente àquilo que vem sendo dito, todas as dimensões são faladas, estão pensadas e algumas delas, por exemplo, os cuidadores informais, já têm um programa que é pioneiro no país, que é o programa «*cuidar de quem cuida*». Há um sem-número de situações em que Amarante tem sido um exemplo. Não é pela ação do Presidente da Câmara, é pela ação de todas estas entidades que apresentaram o documento,

o qual foi votado por unanimidade, incluindo alguns senhores aqui presentes e que agora vêm dizer que é um documento político. Assim, já não sei o que é política e julgo não ser o único, se quiserem podem vir cá explicar para eu perceber melhor o que é política. -----

----- Por conseguinte, lamento muito dizê-lo, está aqui um conjunto de pessoas que deveria defender este território e vir aqui apresentar medidas estruturais, tomar uma posição aqui, diferente da que tomaram antes. Façam o que quiserem, mas eu irei continuar a defender todas as entidades desta rede, que trabalham no território, ajudando quem precisa, cuidam das pessoas, fazem um esforço, até financeiro, para poderem ir a jogo. Algumas fizeram candidaturas e não foram aprovadas, é certo, como foi o caso da CERCIMARANTE, mas pode ser que, no âmbito do PRR, possam novamente ir a jogo, algumas de áreas que os senhores vêm aqui criticar. Fizeram candidaturas porque entendiam que era necessário. -----

----- **O senhor Vereador Hugo Carvalho, com a anuência do senhor Presidente da Câmara Municipal, proferiu a seguinte intervenção: -----**

----- "Venho apenas repor a verdade e certamente que alguém que está aqui, enquanto pessoas de bem, saberão não utilizar os números políticos que estão a fazer. A declaração de voto foi lida e a gravação poderá ser usada e na expressão do documento da revisão da Carta Social, foi dito «documento equivalente», foi uma expressão desse sentido e entre aspas, o documento norteador mais próximo ao que existia. Enfim, já estamos num nível de discussão em que nenhum de nós sabe os documentos que existem, ou que não existem. Portanto, sabe perfeitamente como é que a discussão foi feita, com o grau de seriedade com que foi feita. E sabe, perfeitamente, como foi comunicado, mas a gravação da reunião de Câmara serve para exemplificar isso, porque a seriedade com que os vereadores do Partido Socialista o têm feito, neste e noutros temas, é irrefutável. Segundo aspeto, senhor Presidente, isto podia ser dito na reunião de Câmara, mas di-lo-ei agora, a próxima vez que quiser responder a uma declaração de voto, interrompe a reunião de Câmara, faz a declaração de voto e fica feito no mesmo dia. Mas faça como entender. Aliás, deixe-me já dizer-lhe, até já anunciou isso no passado e depois não o fez, mas desta vez espero que o faça, em prol das opções, mas associado às atas das mesmas reuniões, ficará na mesma reunião; pede uma interrupção e faz a declaração de voto que pretende, nesse dia, porque assim teremos a garantia que ela é mesmo feita. -----

----- Terceira consideração, foi também referido outra inverdade, dizendo que os vereadores do Partido Socialista disseram que duas entidades não foram auscultadas, mas isso não corresponde, rigorosamente, à verdade. O Partido

Socialista referiu, na sua declaração de voto, que, à data em que o documento estava a ser aprovado, já não estava atualizado e que faltavam instituições, no qual o senhor Vice-Presidente da Câmara disse que não faltavam e desafiou o Partido Socialista a apresentar as entidades em falta. E o Partido Socialista, prontamente, porque estudou o documento, disse que faltavam duas entidades na Carta social, não dissemos que elas não foram ouvidas. O documento que os senhores deputados municipais aqui vão aprovar não está atualizado, hoje. Foi essa a nossa consideração, não foi de que as entidades não foram ouvidas, ou não foram consultadas, foi que essas entidades não estavam mapeadas na carta social que estamos a aprovar e já não está atualizada. Foi porque entraram para a Rede Social, uma semana antes? Muito bem, mas havia tempo para atualizar essa mesma carta social, levada à reunião de Câmara atualizada, para a remeter à Assembleia Municipal. Isto é a seriedade do trabalho dos vereadores do Partido Socialista e que, num documento tão extenso, repararam que faltavam entidades, certamente demonstra que conhecem bem a rede social do concelho.”-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:-----

-----“Eu só quero esclarecer que quando há uma declaração de voto, está terminada a discussão e, portanto, não há respostas às declarações de voto, sempre foi assim. Aliás, ano passado, muitas vezes, gostava eu de poder responder, mas não podia, quando estava na oposição. Isto porque as regras são estas e a declaração de voto é sempre o último momento da discussão. É assim que as coisas funcionam, até porque as declarações de voto, muitas vezes, não dizem aquilo que foi a discussão, são coisas previamente pensadas e preparadas, com alguma minúcia, e bem. E, por isso, é que, também com algum rigor, pedi para que me darem a informação para poder responder, ponto a ponto, ao que foi dito na declaração de voto.” -----

----- O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção: -----

-----“Quero deixar também uma opinião sobre a questão que foi levantada pelo senhor vereador, relativamente à existência, ou não, de uma palavra adicional à declaração de voto apresentada. É a de que nós recebemos a declaração de voto, com a documentação de suporte, e não consta lá essa informação e, portanto, nós, deputados municipais, também nos baseamos naquilo que é a documentação. A declaração que apresentaram não foi corrigida, quando tiveram tempo para o fazer.

----- A seguir, outra opinião relativamente à questão dos documentos atualizados, ou não atualizados. A rede social é dinâmica, como muitas outras, pelo que não

considero, nunca, que haja documentos que estejam verdadeiramente fechados quando os discutimos; quando muitas vezes aprovamos alguma coisa, a rede social, concretamente, com a dinâmica que tem, vai fazer com que o documento tenha que ter atualizações no futuro, portanto, é perfeitamente normal. Não vejo aqui motivo para o alarido que o senhor vereador quis levantar.”-----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 6.º da Portaria n.º 66/2021, de 17 de março, deliberou aprovar a Carta Social de Amarante, de acordo com a proposta da Câmara Municipal.-----

-----Esta deliberação foi tomada por: 29 votos a favor, 20 abstenções e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal.-----

-----A presente deliberação foi aprovada, por unanimidade, em minuta para surtir efeitos imediatos. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal.-----

9. Relatório de execução e revisão da Estratégia Local de Habitação do Município de Amarante – (Registo n.º 1298/2023/02/14).-----

-----Inscreveram-se para usar da palavra:-----

-----**O senhor deputado Hugo Peixoto, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“A revisão estratégica local de habitação do município de Amarante, que agora se nos apresenta, advém da atualização dos dados inicialmente plasmados, em 2020, para as necessidades vigentes no município. Assim, e conforme documento que nos demonstra, desde 2020, o programa de abrangência sofreu um enorme desenvolvimento, passando de uma necessidade elencada de 314 famílias para 618. Esta quase duplicação de famílias em necessidade obrigou este documento a um incremento de investimento superior a 700%, passando dos iniciais 9,5 milhões de euros, para 71,5 milhões de euros, de investimento total, sendo obviamente este investimento repartido entre 36 milhões de euros de investimento público e 35,5 milhões de euros, de investimento privado. Bem sabemos que a habitação é uma necessidade de base de toda e qualquer família e é essencial para uma sociedade inclusiva. Desta forma, o Partido Socialista de Amarante nada tem a opor a esta necessidade do município, de intervir de forma direta, ou indireta, na requalificação e ou criação de novas frações para habitações para as famílias.-----

-----Assim, e apenas, a gente alerta que gostaríamos de elencar algumas notas relativas à análise do presente relatório.-----

-----Tendo em consideração a base temporal prevista, de até 2005, e ter o

referido investimento todo concretizado e atendendo à conjuntura nacional da construção do nosso país, gostaríamos de saber qual o desenvolvimento do presente processo, uma vez que, segundo o relatório, a primeira linha de intervenção focada na reabilitação do património já existente, de execução teoricamente mais facilitada, deixa ainda de fora 78 famílias, que serão abrangidas pela segunda linha, que contempla a aquisição de terrenos para executar, de raiz, 47 fogos e a aquisição, ainda, de edificado já existente, para requalificar, num total de mais de 31 fogos. Assim, e uma vez que, principalmente, esta segunda linha de ação necessita de tempo para a concretização dos seus processos instrutórios, até ser possível iniciar a obra, gostaríamos de saber em que estado esse mesmo processo de aquisição de terrenos e imóveis e os seus respetivos processos se encontram. Tanto mais que constatamos que, em 2022, apenas Foi executado 0,63% do plano total de investimento, correspondendo ainda a menos de quinhentos mil euros. Desta forma, teremos três anos árduos para executar quase setenta e um milhões de euros do investimento total preconizado. Por fim, deixaríamos a nota que a proposta apresentada vem dar, de certa forma, uma resposta direta às necessidades elencadas no relatório. Contudo, e atendendo ao acréscimo verificado das necessidades do período compreendido entre 2020 e 2022, não seria mais racional e prudente criar já uma oferta superior? Pois iremos correr o sério risco de, em 2025, quando este plano estiver todo concretizado, a oferta poderá ser muito precária, relativamente às necessidades de então. Assim, deixando esses alertas e como anteriormente mencionamos, o Partido Socialista de Amarante nada tem a opor a esta matéria, pelo que irá votar favoravelmente este documento.” -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção: -----

----- “Primeiro, as famílias têm que estar identificadas, porque isto é um plano que identifica claramente as necessidades reais do território e, portanto, não podemos estar a fazer futurologia. As necessidades aumentaram e poderão vir a aumentar ainda mais, mas não é o que estamos agora a discutir. -----

----- Segundo, isto foi um processo dinâmico e, quando foi apresentado, estava identificado um número determinado famílias, que, entretanto, pode ter sofrido alterações. -----

----- Este trabalho é feito com a rede social, com as entidades que nela participam, a quem, desde já, agradeço, por todo o trabalho desenvolvido, pois são inexcedíveis. São as juntas de freguesia, as IPSS e todas as restantes que fazem o trabalho no terreno, auscultando e sinalizando as famílias que necessitam desta

resposta social, o que contribuiu para o ajustamento do processo. -----

----- Em termos financeiros, houve necessidade de fazer uma correção, porque o custo por metro quadrado era inicialmente de setecentos euros e passou para mil e duzentos euros. O aumento do número de famílias, só por si, já traz um encargo superior, acrescendo, agora, este aumento bastante avultado dos custos de construção.-----

----- E, obviamente, por aqui se pode perceber que, apenas com a duplicação de famílias, já temos um acréscimo bastante avultado. E ainda existe um conjunto de variáveis que inflacionam os encargos, como a tipologia das coberturas, a caixilharia, o revestimento a capoto. Os técnicos municipais fizeram um levantamento das obras necessárias, identificando as necessidades, que nos levou a considerar um preço médio de mil e duzentos euros, por metro quadrado. Não sabemos se vai ser o custo final, mas, por prudência, fixamos esse valor, para contar com uma folga e que não se corra o risco de o dinheiro não chegar. -----

----- Relativamente aos terrenos que é necessário adquirir, já estamos a negociar alguns, inclusive espaços devolutos e inutilizados que iremos tentar converter para apartamentos. Outros serão adquiridos oportunamente, para dar resposta às necessidades que foram identificadas. -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto nos artigos 30.º e 68.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 04 de junho, conjugado com a alínea i) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou aprovar o relatório de execução e revisão da Estratégia Local para a Habitação do Município de Amarante, de acordo com a proposta da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada, por unanimidade, em minuta para surtir efeitos imediatos. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

10. Atualização de rendas do ano de 2023 – (Registo n.º 178/2023/01/10).--

----- Inscreveu-se para usar da palavra:-----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “Venho manifestar o voto favorável do Partido Socialista, que decorre daquilo que foi a negociação do orçamento e da nossa proposta de não atualização dos valores das rendas.” -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, deliberou aprovar a desaplicação, no ano de 2023,

das normas do Código Regulamentar do Município de Amarante, relativas a atualização dos valores das rendas, de acordo com a proposta da Câmara Municipal.-----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 52 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada, por unanimidade, em minuta para surtir efeitos imediatos. Encontravam-se presentes 52 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

11. Relatório anual de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Amarante – 2022 – Registo n.º 1229/2023/02/13) - Para conhecimento.-----

----- **O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Cunha, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- Antes de falarmos sobre o relatório, quero lembrar que, no início do mandato, não foram designados por este plenário novos elementos para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, pela simples razão de que o mandato na mesma é por um período de três anos, sendo que os mandatos nas autarquias são de quatro anos. Não sendo manifestado interesse em cessar funções na referida comissão, as pessoas são tacitamente reconduzidas. Assim, é importante saber se as pessoas designadas têm interesse em continuar e, não querendo, podem comunicá-lo e Assembleia Municipal designará outras pessoas.” -----

----- Não houve mais inscrições para usar da palavra. -----

----- O presente assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação.-----

12. Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR) – Relatório de avaliação intercalar – (Registo n.º 9442/2022/10/28)

- Para conhecimento.-----

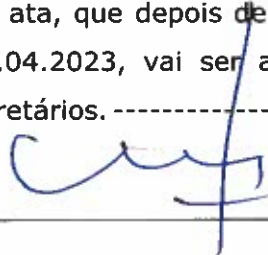
----- Não houve inscrições para usar da palavra. -----

----- O presente assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação.-----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, quando eram doze horas e trinta e quatro minutos. -----

----- Da presente reunião foi lavrada esta ata, que depois de lida e aprovada, por unanimidade, na sessão ordinária de 28.04.2023, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e pelos seus Secretários. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____



O PRIMEIRO SECRETÁRIO Carlos Henrique da Silva Macedo

O SEGUNDO SECRETÁRIO Sana Helena Ladeira